



# Anais da Assembléia

N.º 114

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 31 DE OUTUBRO DE 1984.

ANO X

**2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 105.ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 1984.**  
**(Quarta-Feira)**

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Gernote Kirinus e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**  
 Of.n.º 67/84 — P/MC

Em 29 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Comunica a Vossa Excelência, nos termos do art. 175 do Regimento Interno, que o Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária realizada no dia 18 do corrente mês, julgando a Representação n.º 1197 — 6, do Estado do Paraná, proferiu a seguinte decisão:

“Julgou-se procedente a Representação e declarou-se a inconstitucionalidade do artigo 3.º da Lei n.º 7.828, de 29 de dezembro de 1983, do Estado do Paraná. Decisão unânime. Votou o Presidente”.

Apresento a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e distinto apreço.  
 (a) MINISTRO CORDEIRO GUERRA  
 Presidente.

## Emenda:

**PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL**  
 N.º 204/84

Artigo Único — O item VIII do Artigo 21 fica acrescido da alínea “f”, com a seguinte redação:

“Art. 21 — Compete à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador:

I — .....

.....

VIII — Autorizar:

a) .....

.....

f) a construção de usinas hidrelétricas com mais de 100 megawatts de potência ou que possam resultar na inundação de mais de quinhentos hectares de área do território paranaense”.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

Apoiamento: EDUARDO BAGGIO, RUBENS BUENO, SABINO CAMPOS, CAÍTO QUINTANA, ACIR MEZZADRI, ADHAIL SPRENGER PASSOS, NESTOR BAPTISTA, ORLANDO PESSUTI, ERVIN BONKOSKI, GERNOTE KIRINUS, ANTÔNIO ANNIBELLI, MÁRIO PEREIRA, HOMERO OGUIDO, AMÉLIA HRUSCHKA, PAULO FURIATTI, SÉRGIO SPADA, DIRCEU MANFRINATO, NELSON VASCONCELLOS, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER REGIME DE URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei n.º 117/84, que dispõe sobre despachantes de trânsito.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja atribuído REGIME DE URGÊNCIA à votação do Projeto de Lei n.º 173/84, de autoria do nobre Deputado Gernote Kirinus.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

Apoiamento: GERNOTE KIRINUS.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja atribuído REGIME

DE URGÊNCIA à votação do Projeto de Lei n.º 288/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º 225/84, que altera o vigente orçamento do Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.  
(a) NILSO SGUAREZI

Apoiamto: ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Resolução n.º 130/84, que dispõe sobre o novo Regimento Interno da Casa.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.  
(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno da Casa, a inversão na votação dos projetos de lei constantes da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.  
(a) ANIBAL KHURY

Apoiamto: SABINO CAMPOS, ANTÔNIO ANNIBELLI, ACIR MEZZADRI, e HOMERO OGUIDO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, Líderes das Bancadas partidárias com assento neste Poder Legislativo, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja transformada a Sessão Plenária do dia 1.º de novembro de 1984 em reunião das Comissões Permanentes.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.  
(aa) NILSO SGUAREZI e LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,  
Líder do PMDB Líder do PDS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO a DISPENSA DE PUBLICAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL aos Projetos de Resolução n.ºs

115/84 — Aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Umuarama, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.

116/84 — Aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Engenheiro Beltrão, objetivando construção do Terminal Rodoviário de Passageiros na sede do referido município.

117/84 — Aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Mariluz, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.

118/84 — Aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 31.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Flórida, objetivando

execução de obras para recuperação de estradas.

121/84 — Aprova Convênio celebrado em 09.04.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Colombo, objetivando realização da Festa da Uva, no referido município.

122/84 — Aprova Termos Aditivos de Revigoramento de 24.04.84 aos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos dos programas adiante mencionados.

123/84 — Aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira em 08.07.83, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Santa Cecília do Pavão, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

124/84 — Aprova Convênio de Cooperação Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná em 03.03.84, através da PARANATUR e o Município de Curitiba, através da Fundação Cultural de Curitiba, objetivando execução dos p Projetos e Programas de incentivo aos Festejos Carnavalescos de 1984, no referido município.

125/84 — Aprova Termos de Convênios, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, com participação da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA".

126/84 — Aprova Convênio celebrado em 21.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Toledo, objetivando regular a implantação dos serviços de segurança contra incêndios e a prestação de socorros públicos na área do referido município.

127/84 — Aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.

128/84 — Aprova Convênio celebrado em 17.04.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Rolândia, objetivando execução de obras em conformidade com o PRONOROESTE.

129/84 — Aprova Termo de Convênio, celebrado em 14.06.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Colorado, objetivando realização da XI Festa do Peão de Colorado.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.  
(a) GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário voto de pesar pelo falecimento do Comendador NASSIÊ ABDO ABAGE.

Outrossim, Requer, após aprovação deste, se dê ciência do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) EDUARDO BAGGIO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. NASSIB ABDO ABAGE, ocorrido na data de ontem.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) DONATO GULIN

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Nassib Abdo Abage. Tal passamento vem consternar a sociedade paranaense, tendo em vista que o extinto, personalidade das mais ilustres, foi detentor do cargo de Cônsul Honorário da República Árabe da Síria, comerciante, industrial, que amou o Brasil e o Paraná mais do que a própria terra. Constituiu família numerosa e conceituada.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de pesar na ata dos trabalhos de hoje, pelo falecimento do Vereador BERNARDINO COUTINHO PEREIRA, da Câmara de Vereadores do Município de Arapongas, pelo exemplar trabalho que desenvolveu no fortalecimento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro no município.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja enviado ofício à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER a inserção do voto de pesar na ata de hoje, pelo falecimento do jovem CARLOS MAURÍCIO FERREIRA BLANC, ocorrido no dia 28 do corrente.

O falecido tinha 24 anos e era filho do Sr. Luiz Carlos Blanc e de Dna. Marília Ferreira Blanc, conceituadíssima família pontagrossense.

Requer seja encaminhado cópia deste expediente à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata da presente sessão voto de profundo pesar pelo falecimento do

Dr. Nassib Abdo Abage, ocorrido ontem nesta Capital.

O extinto era comerciante, sendo figura bastante respeitada e admirada por todos quantos o conheciam. Muito vinculado às suas raízes árabes, era o Cônsul Honorário da República Árabe da Síria em nosso Estado.

Amigo sempre presente em todas as horas e bom pai, Nassib Abdo Abage, deixa-nos aos 80 anos, depois de toda uma vida dedicada ao trabalho, à família e à comunidade. Deixa viúva a Sra. Bárbara Abage e os seguintes filhos: Helena, casada com o Sr. João Stephan; Ivete, casada com o Dr. Massad Deud Filho — atual Delegado da Receita Federal em nosso Estado; Abdo, casado com a Sra. Ironita Abage; Tereza, casada com o Dr. Jorge Mane; Wilson, casado com a Sra. Rita Ricci Abage; Jorge, casado com a Sra. Vera Rauen Abage; e Nassib Abage Filho.

Por outro lado, solicitamos que da decisão deste Plenário, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem em nossa Capital do Comendador NASSIB ABDO ABAGE, Cônsul Honorário da República Árabe da Síria.

O extinto que contava com 80 anos de idade, deixa viúva a Sra. Bárbara Abage e os seguintes filhos: Helena, casada com o Sr. João Stephan; Ivete, casada com o Dr. Massad Deud Filho; Abdo, casado com a Sra. Ironita Abage; Tereza, casada com o Dr. Jorge Mane; Wilson, casado com a Sra. Rita Ricci Abage; Jorge, casado com a Sra. Vera Rauen Abage e Nassib Abage Filho.

Com o desaparecimento de tão ilustre figura, a Colônia Árabe de nosso Estado, encontra-se consternada por tão doloroso transe, pois a figura em vida do Comendador Nassib, sempre transmitiu a todos que o conheceram, muitas alegrias e confiança.

Perde o Paraná com a morte do Comendador Nassib uma das maiores figuras de nossa sociedade e esse é um dos motivos dos mais justificados para se registrar nesta Casa a expressão de luto e do sentimento da comunidade paranaense, razão pela qual esta Assembléia Legislativa não poderia se furtar de manifestar seus votos de condolências à família enlutada.

Uma vez aprovado o presente, requeiro ainda que se dê ciência à família enlutada, na pessoa da Sra. Bárbara Abage, como também à toda colônia Árabe, através do Consulado Árabe da Síria, em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) FUAD NACLI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pela passagem do aniversário da cidade de Morretes, em seus 251 anos.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de voto de congratulações e expressões de cumprimentos à Direção da QUIMBRASIL — Química Industrial Brasileira S/A, na pessoa do seu Gerente Geral, Engenheiro Evaldo Bellerbeck Junior, extensivo aos demais membros integrantes, pelas comemorações alusivas ao 10.º Aniversário de funcionamento da sua Unidade Industrial de Ponta Grossa, levadas a efeito a 30 do fluente.

Desta decisão, requer, ainda, seja dado ciência àquela Empresa, no seguinte endereço: Av. Visconde de Mauá, 4395 — Ponta Grossa — PR.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

## JUSTIFICATIVA:

A propósito, os votos formulados à QUIMBRASIL — Química Industrial Brasileira S/A, de Ponta Grossa, objetiva levar o nosso reconhecimento pela expressiva contribuição que tem dado aquela empresa ao desenvolvimento econômico-social do município e, ao Paraná, resultado de um trabalho conjunto e harmonioso, administração-operário, onde se destaca como importante unidade empresarial, cujo sentido maior será voltado para a melhor utilização possível do potencial de trabalho e eficiência de seus funcionários, dando-lhes condições de aplicar seus conhecimentos, suas idéias e sua ação, como melhor forma de retribuição pelo seu trabalho, num exemplo inequívoco de sucesso coletivo, empregador-empregado.

Diante do exposto, e pela importância de que se reveste o evento, é que fazemos a presente proposição.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de louvor ao Senhor Pedro Paulo Pereira, portuário padrão de 1984, premiado na data de ontem na cidade de Paranaguá, Paraná.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, solicitando as providências necessárias para que o SEPL encaminhe cópias dos documentos denominados "CADASTROS FINANCEIROS" de todos os Projetos e Atividades de cada um dos órgãos da Administração Direta e Indireta, referente ao exercício de 1985.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 1984.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

## JUSTIFICATIVA:

I — Os orçamentos de cada um dos órgãos da Administração estadual, são consolidados com base nas informações contidas nos "CADASTROS FINANCEIROS", os quais contêm informações mais detalhadas sobre o destino que será dado aos recursos públicos durante a execução da despesa.

II - As informações contidas na Lei de Meios, são muito agregadas e descem somente ao nível de subelemento de despesa. Assim, à luz das informações contidas nos "CADASTROS FINANCEIROS", será possível uma apreciação mais técnica e detalhada do orçamento de 85, ora em análise nesta Casa.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, no sentido de que sejam realizados estudos objetivando avaliar as reais condições da criação e instalação de um escritório no Distrito de Luiziana, pertencente à Municipalidade de Campo Mourão.

Fora de qualquer dúvida, o Distrito Administrativo de Luiziana no que diz respeito ao desenvolvimento regional do Município de Campo Mourão, representa nos dias de hoje, papel indispensável, tendo em vista que naquela localidade é produzido diversos cultivos, principalmente, significando tais atividades como sustentação sócio-econômica.

Visando assegurar a implantação de estruturas em Luiziana à altura do seu potencial, dentre essas preocupações, destaca-se que diz respeito a agricultura, havendo a real necessidade de oferecer uma assistência mais presente e acima de tudo abrangente junto aos produtores, proporcionando-lhes orientações e correlação ao período que vai desde ao plantio à colheita.

É pois, através da implantação de um escritório dessa Emater (Acarna) em Luiziana, que será possível trazer maior segurança classe dos produtores rurais, visto que os mesmos poderão usufruir da presença do técnicos do setor que serão postos à sua disposição.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja encaminhado expediente ao Diretor Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR -, Teobaldo Vitório Machado - através da Secretaria de Estado do Interior, solicitando a criação do Escritório Regional da Companhia em Cianorte, centralizando o atendimento aos Municípios de Cidade Gaúcha, Guaporema, Indianópolis, Japurá, Jussara, Nova Olimpia, Rondon, São Tomé, Tapejara, Tapira, Terra Boa e Tuneiras do Oeste.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) DIRCEU MANFRINATO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, no sentido

de que seja autorizada a transferência da reserva florestal existente às margens da Usina Mourão I, atualmente pertencente à COPEL, para ser de responsabilidade do ITC - Instituto de Terras e Cartografia da Municipalidade de Campo Mourão.

Através de outro requerimento apresentado em Sessão Plenária realizada no dia 27 de setembro, o Deputado que abaixo subscreve, propôs a realização de estudos no sentido da implantação de um programa específico de proteção, fiscalização e reflorestamento das áreas existentes às margens da Usina Mourão I. Naquele mesma proposição, objetivava-se principalmente a fiscalização nas áreas que se encontram em propriedade da COPEL, visto que é justamente em tais áreas que existem problemas mais acentuados em relação à natureza como um todo.

Por outro lado, é intenção do Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura, localizado em Campo Mourão, iniciar, já no próximo ano vindouro, um trabalho visando fundamentalmente a melhoria de todas as condições da bacia de captação da Usina Mourão I, dentro das práticas relacionadas ao manejo integrado do solo.

Para tanto, aquele mesmo Núcleo Regional, de acordo com Ofício Circular 202/84, manifestou posicionamento quanto à necessidade de se pôr em prática um trabalho que realmente seja capaz de produzir efeitos que possam devolver a segurança da fauna e da flora naquele local. Pois, nos dias atuais, ainda de acordo como o citado documento, aquele reserva já sofreu danos enormes, ante a incêndios florestais que já ocorreram e que destruíram toda a vegetação rasteira, arbustiva e de porte. Tais aspectos foram, entre tantos outros, constatados tendo em vista a última visita efetuada pelo ITC - Instituto de Terras e Cartografia, no dia 22 de outubro.

Neste sentido, o Ilustríssimo Senhor Doutor Nery José Thomé, Digníssimo Chefe do Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura e o Ilustríssimo Senhor Doutor João Nishe de Souza, Digníssimo Chefe Regional da Acarpa, formalizaram um documento que além de manifestar preocupação com a vegetação naquelas áreas, estão propondo que a área que atualmente pertence à COPEL passa a ser de responsabilidade do próprio ITC. Já que somente através dessa mudança será possível que aquele Instituto desenvolva, com melhores condições, a preservação, recuperação e, acima de tudo, vigilância daquele local.

Eis, pois, a exposição de motivos que são, na verdade, profundamente realistas, descritos pelos eminentes Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão, profundos conhecedores dos problemas que afligem a população daquele município, no que diz respeito a questão do meio-ambiente; e que por certo merecerá do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado a necessária atenção, e, conseqüentemente, o encaminhamento de medidas que resultem na concretização do que ora é reivindicado.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Há algumas semanas que, apesar das campanhas de vacinação, a incidência de doenças de cunho epidêmico vem aumentando assustadoramente. Principalmente no caso de febres infantis, como varicela, sarampo

e catapora. No momento, é quase impossível se encontrar alguma família da região metropolitana de Curitiba, que não tenha passado recentemente pela experiência de ter alguns de seus membros acometidos por essas doenças.

Se bem que, essas epidemias, costumam ser benignas, não causando mais que alguns transtornos, principalmente se a vítima for criança, há sinais de agravamento da situação, com o aparecimento de doenças mais graves, como a do pênfigo foliáceo, ou como popularmente conhecido, o fogo selvagem.

O jornal "A Tribuna de Londrina", há pouco, procurando não dar cunho alarmista, afirmou que somente nos primeiros 8 meses deste ano ocorreram 32 casos destas doenças, que se acreditava erradicada de nossa terra.

Como o assunto de saúde é de extrema seriedade, REQUER, na forma regimental, seja encaminhado pedido de informações à Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social, para que informe à Casa:

1.º) - Quantos casos destas doenças foram detectados pelos órgãos de saúde, nos seis últimos meses?

2.º) - Qual é a relação estatística com mesmo período dos anos anteriores?

3.º) - O que vem sendo feito para diminuir o surto?

Sala das Sessões, em 31 de setembro de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### Projetos de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 181/84 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná RESOLVE:

Art. 1.º - Nos autógrafos dos projetos de lei aprovados e encaminhados ao Poder Executivo, fica obrigatório constar o nome dos Deputados autores.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

Apoiamento: Nelson Vasconcellos, Sérgio Spada, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Adhail Sprenger Passos, Caíto Quintana, Homero Oguido, Paulo Furiatti, Mário Pereira, Ervin Bonkoski, Nestor Baptista, Acir Mezzadri.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 182/84 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná RESOLVE:

Art. 1.º - Fica reconhecida a ASALEP - Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná como entidade representativa dos servidores da Assembléia Legislativa para os assuntos de natureza funcional, nos termos do art. 84 da Constituição Estadual.

Art. 2.º - A representação legal dos servidores legislativos para os assuntos de natureza funcional será exercida pela ASALEP - Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná junto à Comissão Executiva e demais órgãos da Secretaria da Assembléia Legislativa.

Parágrafo Único - Ao encaminhar a indicação

de representante, a Entidade referida fará anexar cópia do ato que deu investidura regular ao escolhido e respectivo suplente.

Art. 3.<sup>o</sup> - A Secretaria da Assembléia, através da Diretoria Geral e demais órgãos administrativos, dispensará à Entidade referida toda colaboração possível para o exercício da representatividade prevista nesta resolução.

Art. 4.<sup>o</sup> - A Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Paraná deverá cooperar com as diretrizes, iniciativas e atos da Administração Superior da Assembléia Legislativa, com vistas ao aperfeiçoamento da qualificação profissional e melhoria do desempenho dos servidores legislativos.

Parágrafo Único - Anualmente a Entidade encaminhará à Comissão Executiva relatório circunstanciado de suas atividades, com o objetivo de comprovar seu funcionamento regular e o exercício adequado da representatividade dos interesses do corpo funcional da Assembléia Legislativa.

Art. 5.<sup>o</sup> - Ao encaminhar reivindicações de interesse dos servidores, a Entidade deverá manter registros, comprováveis por auditoria procedida pela Comissão Executiva ou por Lideranças de Bancada, que assegurem terem sido observados procedimentos capazes de garantir amplo debate e adequada aprovação das propostas encaminhadas, seja pelo corpo de associados ou pelos órgãos internos de gestão, de forma a preservar a representatividade objetivada nesta Resolução.

Art. 6.<sup>o</sup> - A Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná deverá prestar contas de quaisquer auxílios que receber da Assembléia e manterá escrituração contábil regular.

Art. 7.<sup>o</sup> - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Airton Cordeiro, Paulo Furiatti, Acir Mezzadri, Gilberto Carvalho, Edmar Luiz Costa, Sabino Campos, Rubens Bueno, Antônio Belinati, Mário Pereira, Osvaldo Alencar Furtado, Erondy Silvério, Roberto Requião, Tércio Albuquerque, Djalma de Almeida César, Adhail Sprenger Passos, Jorge Maia Filho, Ivan Gubert, Nestor Baptista, Artagão Mattos Leão, Tadeu Lúcio Machado, Antônio Annibelli, Amélia Hruschka, Augusto Carneiro, Edgard Pimentel, Hermas Brandão, Ironi Pugliesi, Basílio Zanusso, Eduardo Baggio, Orlando Pessuto, Tadeu França, Caíto Quintana, Ezequias Losso, Dirceu Manfrinato, Ervin Bonkoski, Fiori Luiz, Ferrari Júnior, Quiélse Crisóstomo, Donato Gulin, Nelson Vasconcellos e Tuguio Setogutte.

#### JUSTIFICATIVA:

##### 1- NECESSIDADE DE REPRESENTAÇÃO:

A dinâmica das relações funcionais entre a Administração Pública e seus servidores leva ao surgimento constante de reivindicações, necessidade de solução de problemas de interesse geral da categoria de servidores e outros assuntos correlatos (cooperação para treinamento, local de fornecimento de alimentação e outros).

Se não houver uma entidade representativa reconhecida, as reivindicações não deixam de surgir: elas passam a ser conduzidas de forma mais ou menos anárquica, patrocinadas por subgrupos ou subcategorias internas de servidores com maior acesso ao nível decisório.

Tal situação causa dificuldades à Direção do Órgão em causa, além de afetar o moral e desempenho da classe funcional, porque nem sempre as reivindicações levadas são possíveis de atendimento e devem ser rejeitadas; ou quando prosperam, beneficiam um setor em prejuízo de diversos outros, que também resultam frustrados.

Para impedir esse conflito de interesses e elevar o padrão de representatividade das propostas que são apresentadas em nome do funcionalismo do Poder Legislativo é que se torna recomendável reconhecer, prestigiar e apoiar uma entidade verdadeiramente representativa. Ao mesmo tempo, devem ser providos mecanismos para obter que o citado órgão representativo se mantenha o quanto possível democratizado na gestão e na seleção dos temas a serem defendidos.

A Resolução proposta, ao patrocinar o reconhecimento da ASALEP como tal entidade, prescreve também deveres a essa instituição, a fim de assegurar adequada participação do corpo funcional e a regularidade do seu funcionamento enquanto entidade representativa dos servidores da Casa.

Aos direitos devem corresponder obrigações.

#### 2. - A ENTIDADE

Conforme as certidões em anexo, a Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná foi constituída em 1983.

A entidade foi regularmente registrada, sob o n.<sup>o</sup> 4.238, Livro A-3 de Pessoas Jurídicas, do 2.<sup>o</sup> Ofício do Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba, em 22/12/83, conforme documentação anexa.

Consoante o art. 3.<sup>o</sup> de seu Estatuto, anexo, a ASALEP tem como objetivos sociais:

"I - Representação dos interesses dos servidores junto à Administração Superior da ALEP:

II - Cooperação com as diretrizes, iniciativas e atos da Administração Superior da ALEP; valorização do corpo funcional e promoção do seu desenvolvimento profissional, para fortalecer o desempenho e a missão constitucional do Poder Legislativo.

"III - Apoio às atividades beneficentes e sociais da CABENFALE - Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná".

Doutro lado, a Entidade "congrega servidores efetivos, contratados, adidos e comissionados", conforme o Estatuto, art. 4.<sup>o</sup>, "in-fine".

Esta representação universal das categorias funcionais da Casa de Leis é reforçada pela existência de órgãos da Administração interna da Entidade voltados para essas categorias: o Conselho Deliberativo e Fiscal e o Conselho Consultivo, este último "composto por dois representantes indicados por cada categoria funcional existente na Assembléia Legislativa", segundo o art. 5.<sup>o</sup> item II da Carta Constituída da ASALEP.

Atualmente a Associação possui filiados e dirigentes das áreas internas de:

- Servidores estatutários
- Servidores celetistas

- Servidores adidos
- Servidores comissionados
- Servidores inativos

conforme as listas anexas de associados.

Já a CABENFALE - Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, é um organismo social de mais alta relevância, operando na cobertura de funções próprias, como seu nome indica: "Caixa Beneficente". Ela associa especificamente funcionários efetivos da Casa de Leis e se especializou na prestação de assistência médico-dentária e na complementação de benefícios financeiros.

### 3 - AS REALIZAÇÕES

O reconhecimento foi proposto em favor da ASALEP se justifica porque essa entidade já possui existência de um ano e meio, tendo amadurecido nesse período como grupo coeso de representação do funcionalismo do Poder Legislativo.

Iniciando-se como porta-voz dos servidores da Casa de Leis, desde começos de 1983, a ASALEP também tem buscado aprimorar e conscientizar o seu corpo de associados para a necessidade de contra-prestação de bons serviços, que façam jus aos vencimentos e vantagens percebidos, através de uma atuante Comissão de Ética.

Neste sentido, a ASALEP integrou em 1983, o Grupo de Trabalho das Bancadas Partidárias e representantes da Comissão Executiva para os estudos que resultaram na Lei n.º 7784/83, que definiu as bases do Plano de Carreira para os servidores. Al. Em 1984 a Entidade trabalhou ativamente para obter a aprovação da Resolução n.º 57/84, que regulamentou o plano de carreira e vai permitir o acesso a servidores que há anos não eram promovidos, além de gerar vagas e serem preenchidas com o aproveitamento dos servidores celetistas atualmente marginalizados dentro da estrutura da Assembléia.

A ASALEP promove reuniões regulares de seus órgãos internos, mantém periódica cobrança de mensalidade: módica de seus associados para despesas operacionais e procura se integrar às correntes do funcionalismo legislativo e estadual, estando com delegação formada para o II Congresso Estadual de Servidores Públicos do Paraná, em outubro vindouro.

### 4 - CONCLUSÃO:

Por fim, o Programa de Trabalho da Bancada majoritária desta Casa, a Bancada do PMDB, para o biênio 1983/84, prevê a participação dos servidores da Casa em todas as medidas de interesse do quadro funcional da Assembléia, como aplicação do princípio da Democracia Participativa.

Também a Ciência da Administração reconhece a importância do envolvimento dos colaboradores das organizações humanas como necessária para a obtenção de um grau de motivação e desempenho capazes de assegurar o cumprimento dos fins dessas organizações.

Justificado se torna, portanto, o reconhecimento ora pleiteado, para garantir plenas condições de representatividade e apoio institucional desta Casa de Leis à Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

### ANEXOS:

- 1) - Certidão de Registro da ASALEP

- 2) - Estatuto atualizado
- 3) - Lista de dirigentes
- 4) - Lista de Associados
- 5) - Comprovantes de atividades.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI N.º 292/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Shalon Sociedade Beneficente do Jardim Guarujá" com sede e foro na cidade de Cascavel - Estado do Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL

### JUSTIFICATIVA:

A "Shalon Sociedade Beneficente do Jardim Guarujá" é uma sociedade civil, de caráter estritamente beneficente.

Tem como princípio e finalidade promover a solidariedade humana, auxiliar as famílias e pessoas que estejam necessitadas de ajuda financeira, social, cultural, educativa e recreativa;

Conjugar esforços para solucionar problemas de pessoas necessitadas. Apoiar as demais instituições sociais beneficentes na organização de cursos e campanhas que se contabilizam com as finalidades desta sociedade.

Encontra-se em pleno funcionamento, atendendo as determinações para as quais foi criada e seu desempenho junto à comunidade cascavelense tem sido de maior relevância.

#### PROJETO DE LEI N.º 293/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ASUFEPAR", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS  
e SÉRGIO SPADA.

### JUSTIFICATIVA:

A atuação destacada da ASUFEPAR no movimento nacional por uma universidade democrática, autônoma e voltada para os interesses nacionais revelou-se na unificação da categoria dos servidores junto dos demais setores da comunidade universitária-estudantes e docentes, a propósito da paralisação geral e nacional por verbas públicas, melhoras das condições de vida e trabalho e democratização das estruturas de poder.

Igualmente, nos encaminhamentos diários dos trabalhos da entidade, os servidores têm na associação o ponto de apoio, organização e mobilização em favor dos interesses econômicos e políticos.



Deste modo, coloca-se na ordem do dia o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná em relação aos relevantes papéis que tem exercido a valerosa Associação dos Servidores da Universidade Federal do Paraná, reconhecendo-a como entidade de utilidade pública, já que se cumpre requisitos estabelecidos em Lei Estadual específica.

**PROJETO DE LEI Nº 294/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1º - Dá denominação de "VICTORIO FRANCOVIG" à rodovia que liga o Distrito de Tamarana, no Município de Londrina, à PR-445 (Rodovia Celso Garcia Cid).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.  
(a) FIORI LUIZ

**PROJETO DE LEI Nº 295/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 09/73, mantida as divisas constantes dos itens I, II, III e IV, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado o Município de Nova Santa Rosa, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado dos Municípios de Terra Roxa do Oeste, Palotina e Toledo, nos termos do resultado do plebiscito autorizado pela Resolução nº 11/68 e divisas seguintes".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.  
(a) SABINO CAMPOS

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei, visa corrigir redação constante no art. 1º da Lei supracitada, quando indevidamente acrescentou como sendo território desmembrado do Município de Marechal Cândido Rondon, a criação do Município de Nova Santa Rosa.

Conforme o Ofício nº 449/84, de 21/09/84, do Instituto de Terras e Cartografia informa, após estudos procedidos pelo Setor de Cadastro do Departamento de Engenharia, não houve desmembramento territorial do Município de Marechal Cândido Rondon, na criação do Município de Nova Santa Rosa, fato que denota o excesso cometido pela lei.

O presente plano de lei visa corrigir esta inclusão desnecessária, visto que o Município de Nova Santa Rosa não foi desmembrado de Marechal Cândido Rondon, mas apenas fazendo divisas com aquele Município.

**PROJETO DE LEI Nº 296/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1º - Fica transferida para o Município de Nova Olímpia, a área territorial pertencente atualmente ao Município de Tapira, com as seguintes divisas:

Começa do Ribeirão das Antas no ponto de cruzamento materializado pela ponte velha

de concreto onde passava antiga Rodovia Municipal, nº 203, desta segue em linha seca no sentido leste divisando as glebas nº 403 até chegar no cruzamento das rodovias municipais nº 602 e 102, daí seguindo para o Sul mantendo divisora acompanhando os terrenos denominados Ivaí até divisa com Município de Maria Helena, daí segue-se pelo córrego São Domingos até a sua foz no Ribeirão das Antas e por este a jusante até encontrar a ponte velha de concreto, ponto de partida.

Art. 2º - As divisas do Município de Nova Olímpia, de que trata o Art. 1º da Lei nº 5.794, de 13 de novembro de 1967, passam a ser as seguintes:

"Começa no Rio Tapiracuí no ponto de encontro entre os terrenos denominados Banco do Estado do Rio Grande do Sul com gleba nº 11, do núcleo Cruzeiro, subindo por este até encontrar sua foz no Ribeirão Capricórnio, acompanhando o mesmo a montante até encontrar as glebas nº 5 e 11, do núcleo Cruzeiro, daí segue em sentido Oeste até encontrar o córrego São Domingos, daí desce por este até sua Foz no Ribeirão das Antas, até encontrar a ponte velha de concreto, desta segue em sentido Leste na divisora das glebas nº 6 e 5 com uma linha seca acompanhando a rodovia municipal nº 403, e continuando após esta no mesmo rumo até o cruzamento das rodovias municipais nº 602 e 102, daí mantendo a divisora de municípios Nova Olímpia e Tapira no sentido Norte até encontrar o imóvel denominado Banco do Estado do Rio Grande do Sul e por este até o Rio Tapiracuí, ponto de partida.

**JUSTIFICATIVA:**

O território conhecido por Gleba 4, Alto do Café e Santa Felicidade, atualmente integrado a Tapira, está praticamente desvinculado daquele Município, dado as precárias condições de acesso à sede. Por outro lado, está ligado por estrada asfaltada à sede do Município de Nova Olímpia, de onde dista aproximadamente 18 (dezoito) quilômetros. Essa mesma estrada torna obrigatória a passagem, por Nova Olímpia, de toda a produção agropecuária daquela região, que se escoia através de Douradina.

Na rede de ensino, verifica-se que os estudantes de 4ª e 8ª séries, na sua quase totalidade, optaram por Escolas de Nova Olímpia, razão por que a Prefeitura colocou transporte gratuito à sua disposição.

Na área de assistência social, cabe a Nova Olímpia prestar todo o atendimento necessário à população residente naquela região; os moradores, há muito tempo, procuram diariamente auxílio em Nova Olímpia.

Para a conservação ou abertura de estradas vicinais, os interessados dirigem-se à Prefeitura de Nova Olímpia, a qual, há muitos anos e várias gestões, recebe os pedidos como se partissem de um Distrito seu.

Toda essa assistência vem sendo prestada por Nova Olímpia desde a sua fundação, pois, conforme o comprovou o tempo, a divisão da área que lhe deu origem não foi das mais felizes.

Os moradores da área enfocada, na sua quase totalidade, recorrem, constantemente, à Prefeitura de Nova Olímpia, onde encontram atendimento rápido e eficiente às suas reivindicações, o que não acontece quando se dirigem a Tapira, não só pela distância que os separa da sede daquele Município, mas também, por ser conhecida a sua condição de



"Distrito de fato de Nova Olímpia".

Justificada, portanto, a pretensão assinada por 105 (cento e cinco) pessoas que vivem naquele território e que, livremente, na forma da Lei, deram início aos procedimentos para concretizar esta justa aspiração.

Os demais requisitos legais serão supridos, assim que requisitados pela douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Art. 3.º — As divisas do Município de Tapira, de que trata o Art. 1.º da Lei n.º 5.495, de 02 de fevereiro de 1967, passam a ser as seguintes:

"Começam na Foz do Rio Tapiracuí, sobe por este até o ponto de encontro entre os terrenos denominados Banco do Estado do Rio Grande do Sul com gleba n.º 11, do núcleo Cruzeiro, daí segue em linha seca a oeste até encontrar a divisa do terreno Banco do Estado do Rio Grande do Sul, imóvel, encontro com rodovia municipal n.º 102, daí segue ao Sul, acompanhando divisora de municípios Tapira e Nova Olímpia até o cruzamento das rodovias municipais n.º 102 e 602, deste ponto à Oeste em linha seca no rumo da rodovia municipal n.º 403, seguindo pela divisora de glebas n.º 6 e 5 até alcançar o Ribeirão das Antas no ponto em que se situa a ponte velha de concreto, descendo por este até sua foz no Rio Ivaí, acompanhando este a montante até a Foz do Rio Tapiracuí, ponto de início".

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) EDUARDO BAGGIO

Apoiamiento: NELSON VASCONCELLOS, DIRCEU MANFRINATO, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Pereira, inscrito.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs.

Deputados. (Lê):

"Muito se tem falado sobre apoio a Microempresas no Paraná e no Brasil. Dezenas de linhas de crédito já foram criadas, a nível de Governo Federal no sentido de amparar e fortalecer essas empresas.

Muitos discursos proferidos e um sem número de seminários realizaram-se em todo o País.

O êxodo rural e a recessão com seus reflexos nas zonas urbanas, levam Prefeitos desesperadamente tentar de uma ou de outra forma industrializar suas cidades.

A maioria dessas tentativas têm sido frustradas pois baseiam-se quase sempre na oferta de facilidades tributárias, buscando com isso atrair indústrias de outras localidades, que dificilmente se deslocam pelas dificuldades que isso ocasiona.

Essas linhas de crédito não sabemos se atingem ou não seus objetivos, dos seminários e discursos, pouca coisa de concreto tem resultado.

Diante desse quadro, a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e a Prefeitura Municipal de Cascavel, através da CODEVEL, Companhia de Desenvolvimento de Cascavel, durante um ano estudaram e desenvolveram um projeto, hoje denominado de Núcleo de Produção Industrial de Cascavel.

Esse projeto, que prometo voltar à tribuna para com detalhes, trazer ao conhecimento desta Casa, tem como objetivo valorizar o talento empresarial na área industrial já existente em cada município paranaense, e que estamos perdendo pela falta de apoio e imigração para outros Estados.

Basicamente, trata-se de reunir num mesmo local, pequenas Empresas e dando a elas condições de por si só deslancharem.

Servirá o núcleo de produção industrial de Cascavel também como o primeiro laboratório de microempresas do Brasil, onde facilmente poderemos testar a eficiência de qualquer medida governamental, como por exemplo, linhas de créditos específicas.

O projeto já está pronto, foi levado ao Governador José Richa e agora falta uma definição por parte do Poder Executivo, sobre com quanto participará nos gastos totais em parceria com a Prefeitura de Cascavel.

Faço um apelo ao Governador e ao Secretário Francisco Simeão para que as providências sejam agilizadas e possa o Paraná concretamente mostrar ao País, a forma prática e objetiva de industrializar nosso interior com o próprio homem do interior, aproveitando seu próprio talento e história".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito para a Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"O setor educacional é um dos componentes principais em que se apoia todo e qualquer sistema político, já que desse setor fluem naturalmente todos os demais aspectos sociais de um governo. E no tocante a este assunto, o Paraná sempre foi um Estado que priorizou de modo significativo a Educação, dispendendo elevados recursos e apostando no futuro de sua gente, e compreendendo o alcance social de tais investimentos.

Porém, muito embora as altas quantias dispendidas, nem sempre foi possível ao Governo Estadual atender a todas as solicitações para a implantação de novas unidades escolares, o que se justificava pelas escalas de prioridades e pela indisponibilidade de recursos. No que tangia às redes municipais de ensino o problema era idêntico, deixando as autoridades sem iniciativa e sem ter como contornar o problema.

Em setembro de 1980 conforme destacou o articulista da "Folha de Londrina", Antônio Luiz de Matos, na edição de Domingo (07-10-84) daquele periódico, as autoridades municipais de Campo Mourão anunciaram que haviam solucionado o impasse, descobrindo, para a crônica falta de recursos destinados à rede municipal de ensino. Assim, nasceu a Fundação Educacional de Campo Mourão (FUCAM), quando era Diretor do Departamento de Educação e Cultura do Município, o atual Prefeito, Prof.º José Pochapski, o qual deu início a um caminho alternativo que contornava os problemas educacionais daquela municipalidade.

Consistia essa saída alternativa no seguinte: através da criação daquela entidade educacional de direito privado, foram mantidos contatos com empresários de Campo Mourão, Curitiba, Ponta Grossa, e Maringá, o que resultou na assinatura de convênios e na concessão de bolsas do salário-educação, favorecendo uma receita mensal destinada, inicialmente, a proporcionar

assistência educacional à população em idade escolar.

A partir deste passo pioneiro, seguiram-se uma série de outras benfeitorias para a região, entre elas a implantação de núcleos educacionais, melhoria da qualidade de ensino e instalação de pré-escolar nos distritos e periferias.

Há menos de um ano do início do seu funcionamento, respondia a FUCAM, já por sete unidades escolares, quatro em Distritos e três na zona rural.

Em 1.983, a entidade tinha conveniado quase 4.500 bolsas, quando foi surpreendida pelo Decreto Federal n.º 87.343 que dispunha que as Fundações não poderiam receber tais bolsas. Durante aquele ano, com grandes dificuldades, a entidade conseguiu manter 14 escolas e 93 professores, atendendo a 3.278 alunos. Durante o presente ano, mediante novo Decreto Federal, as Fundações passaram novamente, a reter o salário-educação, o que originou uma ação ajuizada na Justiça Federal pela FUCAM contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, pelos prejuízos que sofreu por não ter recebido as bolsas salário-educação durante dois anos.

A iniciativa nascida em 1.980 demonstrou ser perfeitamente viável e merece ser seguida por outros municípios em idêntica situação econômica e com dificuldades para incrementar adequadamente o setor educacional. O salário educação é um dispositivo constitucional destinado a garantir o ensino fundamental aos assalariados e a seus filhos menores; não tem caráter remuneratório na relação empregatícia, não se vinculando ao salário do empregado. Segundo o Prefeito José Pochapski, a deficiência, é que, justamente o filho daquele trabalhador que está desempregado, não pode usufruir dessa contribuição.

Os benefícios são inúmeros; através desta contribuição, a população mourãoense veio paulatinamente a adquirir uma melhor qualidade de ensino, com a implantação de núcleos educacionais em patrimônios longínquos de pré-escolar nos Distritos e arredores.

A experiência é tanto mais empreendedora e corajosa, por este meio conseguiu-se um resultado que não se obteria só através do trabalho da Prefeitura, embora muitos Projetos da FUCAM tenham sido cancelados por absoluta falta de verbas. Aliás, esta falta de verbas, tem-se tornado ultimamente num grave problema, embora toda a comunidade reconheça que o trabalho inovador da FUCAM não pode parar, assim como é unânime ao afirmar que a Prefeitura não pode tomar nos braços esse encargo.

Cabe, portanto, levar o problema para instâncias mais altas, conscientizando-se as autoridades do nosso Estado para a necessidade de continuação dos bons ofícios que a FUCAM vem ofertando à comunidade mourãoense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Antes, porém, a Mesa registra com satisfação as presenças em plenário dos Vereadores do Município de Jesuítas — Sr. Jair Fabiane e o Sr. Bendito José de Souza.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO —

“Salvai-nos, Senhor, das taxas do DETRAN. Senhor, tende piedade de nós”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

O uso abusivo dos agrotóxicos em nosso país, é mais uma das máscaras usadas para a prática oficializada dos crimes contra a saúde pública, a ecologia e a cultura. Formará rápida e eficaz de se desencadear a degenerência de uma raça e a morte da terra. Trata-se de uma grande guerra química, tal qual a chuva amarela, jogada contra o Vietnã.

Sob o pretexto da melhoria da produção agrícola, envenena-se a população de forma dissimulada, tal qual exercemos a escravidão e o racismo. A máscara deveria ser o símbolo da Pátria brasileira no governo da revolução.

Já que o verde é o ouro, da nossa bandeira se escoam rapidamente pelos canais competentes e as estrelas bordadas no céu azul, já não brilham a não ser nos ombros dos generais que detêm o poder de vida ou morte, a fim de manter “ordem e progresso”.

Ainda que não se possa separar o uso e abuso dos defensivos agrícolas, do leque de besteiras nacionais, convém que se discuta muito o assunto; — afinal somos os representantes desse povo envenenado dia-a-dia, desde o aleitamento materno, para as benesses dos grupos econômicos.

Somos os representantes desse povo que teve seu território saqueado, devastado e dividido entre os oportunistas que negociam com a morte, em laboratórios necrófilos, que transformam em dólares as possibilidades de vida da nossa gente.

Se não é suficiente sabermos que nossa saúde está sendo comercializada, então vamos aos fatos já fartamente denunciados, esperando que não sejam apenas estatísticas engavetadas.

Num país que durante a maior parte de sua existência foi terra de senhores e escravos, a adoção da monocultura escravista e do descaso com os recursos naturais não causa espanto, ainda mais quando se atinge a posição de oitava potência produtiva do mundo.

É preciso porém estranhar, que estejamos na área de educação, classificados no octagésimo lugar. O oito ou oitenta para nós é real — dramaticamente real.

Somos também, os detentores do mórbido troféu do 4.º lugar, entre os países da América Latina, em mortalidade infantil. Em cada mil crianças nascidas vivas neste país, 92 morrem em consequência da fome ou ingestão de água contaminada.

Conforme declaração publicada, do Engenheiro Agrônomo Cícero Blev, Superintendente de Recursos Hídricos. Meio - Ambiente do Paraná, apenas 26,3 (por cento) das residências no Brasil, são atendidas por redes de esgoto e apenas 53 (por cento) dessas casas recebem água tratada.

Os jornais da cidade noticiaram que na última safra de verão (somente nos 20 municípios jurisdicionados pelo núcleo regional da Secretaria da Agricultura) foram catalogados oficialmente 500 casos de pessoas internadas na rede hospitalar vítimas dos defensivos agrícolas, na sua maioria produtores rurais.

86% (cento) dos internamentos hospitalares na região Centro-Oeste do Paraná, são em consequência dos agrotóxicos.

Muitos desses produtos não se degradam e seu efeito residual permanece no solo por quinze anos.

As embalagens quando não são reutilizadas, até

para tirar água do poço, vão parar nos rios contaminando as águas.

A Secretaria de Agricultura, através do Departamento de Fiscalização, registrou, no biênio compreendido entre agosto de 1982 a agosto de 1984, 3607 intoxicações das quais 73 resultaram em mortes. Segundo os médicos que vivem o drama do trabalhador rural da Região Algodoeira de Assaí, esses dados representam apenas 10% dos casos, já que ali se tem registrado casos de paralisia e deficiência psicológica irreversíveis.

O médico Armando Fujirama registra:

— Está se tornando comum na faixa entre 20 e 25 anos, a artrose, a impotência sexual, a frigidez, além do Q.I. baixo e o nanismo causado pela soldadura precoce das cartilagens de crescimento.

O mais dramático é que a cada dia mais jovens entre 19 e 22 anos estão "convocados" a trabalhar com agrotóxicos, na região algodoeira.

Dois ou três anos depois se aposentam por invalidez, ganhando Cr\$ 47.000 do Funrural.

O ortopedista Rubens Lisboa (há 33 anos) radicado no Norte do Paraná - Assaí - afirma que os agrotóxicos desencadearam na região, a "síndrome de envelhecimento precoce dos ossos."

O médico afirma que os nordestinos recém-chegados, apesar de desnutridos, apresentam melhores condições na parte osteológica.

A morte e o envenenamento geram divisas, assim os corretores dos cartéis não poupam processos sofisticados para promover seus produtos.

Ainda que seja difícil concorrer com a poderosa Rede Globo que anuncia a panacéia para todos os males rurais pela aplicação dos venenos, e onde a Hoeschst se orgulha de oferecer a Ciranda de Livros para as crianças pouco a pouco intoxicadas, impõe-se a necessidade de implantação de um programa de Educação Ambiental.

No último ano, os fabricantes de agrotóxicos (20 empresas internacionais e 06 nacionais), faturaram no Brasil 650 milhões de dólares com a venda de 105.474 toneladas de defensivos agrícolas aplicados nas diversas regiões do país. Só o Paraná consumiu 25 mil toneladas de veneno espalhados rapidamente pelas águas e com efeito residual prolongado.

O Senhor Marcus de Pádua Peçanha, Presidente da Associação Nacional de Defensivos Agrícolas, quando de sua visita, defendeu o rendoso comércio, afirmando que as mortes e casos de intoxicações e a degradação ambiental foram causados "pela burrice e a incompetência do Governo Federal e dos Estaduais", trazendo para responder às perguntas de caráter técnico, o médico toxicologista Reinaldo Farina, ex-professor da UNICAMP, que não achou exagerado o número de mortes causadas por defensivos agrícolas - "uma pessoa para cada hora e meia" - o fumo mata mais, segundo ele.

O Presidente da ANDEF, que alega a inconstitucionalidade das leis estaduais de agrotóxicos é também diretor da Shell Química, a multinacional que mais fabrica venenos no Brasil, já que o Ministério da Saúde dos Estados Unidos proibiu seu uso.

O FMI tem exercido todo tipo de pressões, no sentido preservar os interesses das multinacionais que produzem os agrotóxicos, e representam em 90% o setor, condicionando a concessão do crédito rural, ao uso de insumos modernos como adubos

químicos e tratores, até extinguir as possibilidades dos pequenos agricultores, quase todos, hoje, transformados em bóias-frias ou favelados.

O último empréstimo jumbo do FMI do Brasil foi retido pelos banqueiros internacionais em troca da inviolabilidade do mercado dos agrotóxicos, que tem na "Leis dos Agrotóxicos", enviada ao Congresso Nacional, pelo Executivo, uma garantia de perpetuidade, uma espécie de "habeas-corpus" antecipado, para os crimes contra a saúde pública e a ecologia.

Encaminha-se ao Congresso Nacional para votação em regime de urgência, o projeto de lei que regulamenta a produção, fiscalização, importação e exportação, além do uso dos agrotóxicos no País, numa ação açodada e suspeita de fim de governo.

O Ministro Nestor Jost sempre foi um fiel integrante do Conselho de administração da Ciba-Geigy, no Brasil, tendo momentaneamente se afastado da função por ser incompatível com o cargo de titular da pasta da Agricultura.

O jornalista Richard House do "The Washington" é quem atesta. "A pressão do 'lobby' das multinacionais de agrotóxicos sobre o governo brasileiro existiu, para que a mensagem, ora enviada ao Congresso, retirasse dos Estados qualquer poder de legislar, ainda que, subsidiariamente, sobre agrotóxicos".

O General Golbery do Couto e Silva, ex-ministro chefe da Casa Civil, ex-presidente do SNI e ex-presidente da Dow Chemical, dirige hoje o Banco Cidade de São Paulo, do mesmo grupo, o que comprova a intimidade do governo da revolução com a produção e difusão dos agrotóxicos.

O atual presidente da Dow Chemical, no Brasil, e presidente da seção paulista da Câmara de Comércio Brasil - EUA, elogiou o caráter centralizado da lei, que concentra em nível federal as decisões sobre os agrotóxicos, alegando que "um sem-número de leis estaduais, atrapalhariam o uso e venda de defensivos agrícolas".

Essas mesmas empresas produzem uma variedade imensa de remédios para os males provocados pelos venenos que fabricam, que são torcidos sem apresentação de receita médica, apenas por sugestão dos comerciantes, de forma que o lucro é certo: antes, durante e depois das safras.

Observando as previsões de custo do cultivo da soja, nos surpreendeu a cifra - 400.000 gastos em agrotóxicos para 16.000 gastos com mão-de-obra por hectare.

Há alguns meses, a Secretaria da Agricultura apreendeu três marcas de agrotóxicos usados nas lavouras, sem registro do Ministério da Agricultura e sem nenhuma indicação de dosagem, composição ou carência. Apenas o nome do produto constava, bem como o fabricante, a Bayer do Brasil. Assim, é que além de servir de cobaias nos testes, o trabalhador rural, entrega à população um produto "temperado" não se sabe com que, nem mesmo para elaborar o antídoto.

O saldo nefasto dessa prática é bastante conhecido: os hospitais cheios de intoxicados, pessoas que morrem ou se aniquilam pouco a pouco pelas doenças da pele, distúrbios nervosos, pneumonia química.

Há os que cometem suicídio usando como arma da morte os próprios defensivos agrícolas.

Do início do ano até agora, foram registradas

no setor de Ecotoxicologia da Secretaria da Agricultura do Paraná, 26 mortes e 800 casos de intoxicação grave no meio rural, além de inúmeros casos fatais de paralisia e mal formações genéticas.

A grande e silenciosa testemunha, a terra, guarda por decênios a prova do crime.

— Alguns produtores como o “Endrin” e “Treflan”, amplamente difundidos no Paraná, estão catalogados cientificamente entre os cancerígenos e teratogênicos. Se, hoje, assistimos as passeatas das vítimas da talidomida, que desfilam suas deformações em protesto contra a indústria farmacêutica inconsequente, é possível que assistamos outras tétricas procissões das vítimas dos agrotóxicos, a nos acusar de omissão criminosa.

O DDT, um clorado proibido em outros países, tem entre nós ampla aplicação, compondo inúmeros outros produtos de aplicação caseira, mesmo com a comprovação de que é cancerígeno e provoca distúrbios nervosos. O Parathion provoca além de distúrbios nervosos, danos no feto (mutagênico) podendo estender seus efeitos deformantes às próximas gerações.

É justo que, em contraponto com o desfile mecânico das consequências da comercialização da saúde e da penhora dos nossos recursos naturais, se destaque a atuação das Secretarias da Agricultura e do Interior e o empenho dos excelentes técnicos que integram suas equipes, assumindo uma política coerente e corajosa, que tem despertado o interesse de outras nações mais do que em nosso próprio país.

A chamada “agricultura alternativa”, visa estimular a utilização dos recursos naturais, que, além, de melhores índices de produtividade, apresentam bens primários mais saudáveis e não ponham risco à vida dos trabalhadores.

Apelamos mais uma vez para a ação integrada inter-Secretarias do Estado. A busca de tecnologias alternativas deve acolher os precedimentos endógenos e alinhar a Secretaria da Cultura com seu inventário de bens culturais tão propalado. Ou a tecnologia anciã não faz parte desse repertório cultural?

— Considerando-se a nossa realidade geofísica e cultural das regiões que integram nosso Estado, e as agressões ao ecossistema, em razão da cobiça e do imediatismo.

— Considerando a desorganização dos núcleos populacionais, produzida nos últimos anos em razão da antropofagia do poder tirânico os latifúndios, a indústria extrativa da madeira e os alongamentos tantásticos.

— Considerando a queda vertiginosa da qualidade de vida de 80% da população, e a ameaça do caos ecológico estima-se a ação conjunta, Educação, Cultura, Saúde, Assuntos Comunitários, Segurança, bem como Agricultura e Interior para uma efetiva mudança dos processos viciados, estanques e concentracionistas, que têm sido nossa marca registrada nas últimas décadas.

O momento é crítico e a atuação do Conselho de Defesa do Ambiente se faz imperativa.

Apelamos para que seja implantado o Conselho que foi cuidadosamente planejado por especialistas que anseiam, há tanto tempo, por atuar efetivamente.

O Conselho de Defesa do Ambiente que tem como atribuição fundamental “participar da formulação

da política estadual do Meio Ambiente e de planos e projetos que contemplem o respectivo setor, de modo a assegurar em cooperação, com os órgãos da administração direta e indireta do Estado, a preservação e controle da poluição, combate às diversas formas de erosão, o uso e a gestão racionais do solo e dos recursos naturais, bem como sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica.

Defender a vida é defender os ecossistemas nem a mais audaciosa ficção a vida humana fora dessa conjunção.

Urge, por conseguinte, a implantação efetiva e definitiva do Conselho Estadual de Defesa do Ambiente, não só para que seja respeitada e cumprida, fielmente, a Lei Estadual dos Agrotóxicos, mas para que realmente assumamos com vigor e seriedade, a luta pelo fortalecimento das raízes dessa democracia nascente, através de atitudes práticas de defesa da qualidade de vida ou corremos o risco de tornar o discurso que nos elegera, mais uma charanga monótoma a embalar o continuísmo”.

Muito obrigado.

O Sr. Paulo Furiatti - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Osvaldo Alencar, Vossa Excelência faz um pronunciamento com conhecimento de causa, principalmente, porque como Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa, promoveu reuniões importantíssimas, com diversos setores da comunidade e teve oportunidade, de preparar trabalhos e inclusive propôs uma emenda a Lei Estadual de Agrotóxicos, que proíbe efetivamente os organoclorados.

Não resta dúvida, que o País hoje está compreendendo a razão do porquê da contaminação violenta do meio ambiente, dos alimentos e da forma da tecnologia importada que nos escraviza. Vossa Excelência sabe que, recentemente, quando da promulgação das leis estaduais do Brasil, o Governo Federal, para atender unicamente os interesses da indústria, elaborou uma lei federal às pressas e mandou, por decreto em regime de urgência, ao Congresso Nacional, para aniquilar com as nossas leis, cujo fundamento objetivo, é anular a nossa Legislação Estadual e mais especificamente a sua preocupação de trazer uma emenda a nossa Lei Estadual, proibindo os organoclorados, em virtude da persistência da condição que esses produtos são usados, principalmente, nas lavouras de algodão.

Vossa Excelência, sabe também, que esta lei federal, mandada ao Congresso Nacional, não trata em nenhum dos seus artigos, sobre a proibição dos clorados. Efetivamente, nós estamos no momento nacional de impedir que os seus “Ludwigs” da vida, o seu Ministro do Planejamento, acoplado com outros setores, com exceção da Secretaria Nacional de Meio Ambiente, que está contrária a esta lei, nós não tenhamos atravessado na garganta este Projeto de Lei, inclusive elogiado apenas pelas multinacionais deste País. Não está sendo lida esta mensagem, por entendimento das oposições e nós esperamos que a comunidade organizada se manifeste a todos os congressistas, de forma que, nós tenhamos a rejeição pura e simples do Projeto do Governo Federal, com respeito as leis estaduais.

Parabenizo Vossa Excelência, pela clareza

com que trata o assunto, pela forma vibrante com que trata o assunto, preocupado que está com a qualidade de vida do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Agradeço

o aparte do ilustre Deputado Paulo Furiatti e na realidade as multinacionais que já nos assaltaram de todas as formas, as multinacionais que já levaram muitos dos empresários brasileiros à falência ou à concordata, hoje insatisfeitos ainda com os crimes, que já praticaram na Pátria brasileira, desejam avançar, desejam apagar de uma maneira quase reversível a saúde da população, do povo do Brasil.

Concedo o aparte ao ilustre Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana — Deputado Osvaldo Alencar

Furtado, eu ouço o seu pronunciamento com atenção, parabeno-me com ele e quero dizer que durante todas as vezes nesta Casa que ouvi Vossa Excelência insistentemente falar sobre poluição, agressão ao meio ambiente, ecologia, sinto que uma bandeira começa a ser hasteada, não é mais possível Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que a comunidade, que os políticos, que os segmentos sociais assistam de braços cruzados, a esse verdadeiro crime que se comete contra a vida da nossa Nação, no interesse muitas vezes puro e exclusivo de grupos econômicos, diminuindo a capacidade de vida de todos nós.

É chegada a hora de formação de uma consciência nacional e agora enquanto Vossa Excelência fazia o pronunciamento, eu comentava com o Deputado Homero Oguido, sobre a preocupação japonesa com o meio ambiente, com a ecologia, consciência já formada em muitos países e que no Brasil está adormecida e que muitos necessita ser acordada. Pronunciamentos como o de Vossa Excelência devem ser seguidos por tantos outros, para que nós possamos verdadeiramente acordar nesta Nação, de que mais importante de que ou lucros, os dividendos, os dólares das multinacionais e até das empresas nacionais, preocupadas com o setor DINHEIRO; isto é muito menos importante, do que a qualidade de vida do brasileiro.

Parabéns Deputado, e tenha certeza, que tem neste Deputado, particularmente, um admirador desta campanha, e a certeza de que, a solidariedade nossa, nunca faltará a essa bandeira tão importante, que é defendida com tanto vigor por Vossa Excelência.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Agradeço

o ilustre aparte, nobre Deputado Caíto Quintana e devo dizer que, na realidade, este País tem sido a terra de ninguém; moram nele, 120 milhões de brasileiros, o estrangeiro aqui vem, e domina, nos rouba, usurpa e impõe as suas normas; ou melhor dizendo, impõe os seus interesses. Nunca interesses da Nação Brasileira, nunca interesses do povo brasileiro. E os picaretas e os ladrões deste próprio País, aliados aos ladrões internacionais, que também vieram ao Paraná e o devastaram e o depredaram, deixando o Paraná descoberto ecologicamente; deixando o Paraná desestabilizado ecologicamente e ambientalmente. Eles, hoje, depois de roubar as riquezas naturais, com que Deus agraciou o nosso Estado, eles vão a outras plagas brasileiras, destruindo a natureza, desequilibrando-a, com o único intuito de obterem lucros. O Brasil haverá de adquirir esta consciência de respeito à vida, de respeito à natureza. E já dizia Augusto dos Anjos:

“a árvore tem a minha alma”. E a árvore tem a nossa alma. Nós não podemos destruí-la indiscriminadamente; não podemos tratá-la como se ela não tivesse vida.

Desejo registrar mais uma vez o meu agradecimento aos dois apartes que são importantes. É necessário que um parlamentar realmente use do seu espaço político para levantar a questão da qualidade de vida, que muita gente não leva em consideração. Mas é fundamental para nós que temos até, e vou afirmar, vergonha de dizer, que enquanto no Brasil não existe um Comitê Pró-Defesa da Amazônia, Paris tem um Comitê de Defesa da Amazônia. E nós aqui estamos adormecidos, esperando e deixando que as multinacionais incendeiem quilômetros e quilômetros de floresta nativa no solo-brasileiro, impunemente, criminosamente. Isto é um crime maior do que matar uma pessoa numa briga de boteco. Mas, no entanto, os Ministros responsáveis por esta política entreguista, não são responsabilizados criminalmente.

Esta Nação, com o advento da democracia nascente, haverá de fazer com que o estrangeiro respeite o Brasil e o povo brasileiro.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Concedo o aparte ao ilustre Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência hoje faz um pronunciamento de grande importância.

Lamentavelmente este Poder não dispõe de meios de divulgação, ou se dispõe não os usa adequadamente, porque a questão que Vossa Excelência aborda é das mais sérias, e também o oportunismo com que Vossa Excelência traz assuntos escabrosos ao conhecimento do público. mereceriam por parte deste Poder uma mais ampla divulgação, para que o povo não tivesse uma idéia errônea dos trabalhos dos Srs. Deputados.

Vossa Excelência aborda um assunto aí que realmente é preocupante e que já mereceu a atenção de outros Srs. Deputados desta Casa, e o envolvimento de figuras de proa do movimento revolucionário de 1964, em favor das multinacionais, na questão dos agrotóxicos, é que tem levado às ruas, Sr. Deputado, nos comícios pró-diretas, verdadeiras multidões que estão, verdadeiramente cansadas, decepcionadas com estes homens que desvirtuariam os princípios sadios da revolução de 64.

Nós reconhecemos, hoje, que a revolução encerrou o seu ciclo da maneira mais melancólica possível, devido, exatamente à corrupção de muitas e muitas figuras do Movimento Revolucionário, figuras de proa, entre elas as que Vossa Excelência cita no seu discurso.

Meus parabéns a Vossa Excelência. Mas, Vossa Excelência iniciou seu pronunciamento dizendo que faria dois discursos, um curtinho e outro mais longo. O mais longo prendeu a nossa atenção, mas também o curto, as poucas palavras que Vossa Excelência disse, representam hoje a angústia de todas aquelas pessoas que necessitam dos serviços do DETRAN.

E quem hoje não os necessita? Automóvel, hoje, deixou de ser luxo, é instrumento de trabalho, todos nós sabemos.

Os profissionais do volante estão aterrorizados com as exorbitantes taxas cobradas pelo DETRAN,

agravadas, a partir de amanhã, 71 por cento de aumento que é o maior valor-referência do Estado do Paraná.

Entretanto, eu sou católico, acredito em Deus, mas eu discordo quando Vossa Excelência diz: "Livrai-nos Deus das taxas do DETRAN".

Não será Deus quem vai nos livrar dessas taxas. Será a atitude firme, coerente que até aqui tem demonstrado a bancada de Vossa Excelência no trato das questões fundamentais de interesse do povo do Paraná.

Vossa Excelência sabe muito bem que estará na ORDEM DO DIA, em 3ª discussão, um projeto de nossa autoria que não tem nenhum sentido demagógico nem de promoção eleitoral. É o projeto que congela, ratifica e congela as atuais taxas do DETRAN. Porque nós não podemos, estamos constitucionalmente proibidos...

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Gostaria que Vossa Excelência fosse breve, porque eu gostaria de concluir o meu pronunciamento.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço, então, o aparte de Vossa Excelência. Não vou continuar, porque eu quero chegar ao ponto em que Vossa Excelência invocou a proteção de Deus, quando não precisa pôr o nome de Deus no meio. O que é preciso é coerência da bancada de Vossa Excelência na apreciação da nossa matéria. Agradeço a gentileza de Vossa Excelência.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, dizendo que eu considero um crime contra a economia popular as taxas cobradas pelo DETRAN, e porque votei contra essas taxas é que, se na área da minha bancada e do meu Governo não encontrarmos guarida, só posso invocar a proteção de Deus que é maior do que todos nós.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa informa que seu tempo está esgotado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Por 20 minutos o Deputado Sérgio Spada e por 10 minutos, o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Spada, por 20 minutos.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"De 64 para cá, contam-se quase vinte e um anos. E quinta-feira última, em Foz do Iguaçu, o regime reuniu dois de seus mais notáveis filhos. Gestados no mesmo ventre Itaipu e Maluf distinguem-se em que o nascimento da primeira talvez coincida com o fim do segundo.

Dezenas de bilhões de cruzeiros foram inutilmente gastos, a fim de que os generais-Presidentes Stroessner

e Figueiredo pudessem acionar, aos olhos de seleta relação de convidados, a primeira e mais importante fase da hidrelétrica de Itaipu. Carros oficiais e automóveis importados de último tipo não conseguiam escamotear a ausência de concidadãos iguaçuenses e de populares. Os festins se seguiram e as mordomias da comitiva presidencial e da comitiva presidencial corriam separadas, conquanto devam ter sido debitadas na mesma polpuda conta do serviço público federal.

Severíssima, a segurança impedia o trabalho da própria imprensa, que nem por isso deixou de registrar fatos reveladores. A saudação hitlerista com que o chefe da delegação de recepção do PDS recebeu o candidato Paulo Salim Maluf, foi registrada em todos os órgãos de comunicação do Paraná, e configura linha de coerência em relação ao pronunciado pelo Governador Júlio Campos, segundo o qual Maluf não precisaria de segurança da Polícia Militar do Mato Grosso, pois dispõe de polícia própria, uma espécie de SS Nazista, que da Freguesia do Ó se pretende, estenda raízes em todo o Brasil.

Neste contexto, mais de três quartos do Diretório Municipal do PDS de Foz do Iguaçu renunciaria em repúdio aos métodos de seu candidato à Presidência da República, o que acarretou o fechamento da agremiação no município. E com efeito, estávamos em posição justa quando denunciámo-lo secretário geral do PDS no Paraná, Deputado Aírton Cordeiro, e o Deputado Tércio Albuquerque, de estarem falando em nome de si próprios, quando queriam fazer-nos crer que falavam em nome do conjunto do partido governista no Oeste do Estado.

Cumpra, Sr. Presidente, Senhores Deputados, estabelecer que o sensacionalismo engendrado pelo PDS, de que estaríamos promovendo articulações de hostilidade ao candidato Paulo Salim Maluf se prendia, em verdade, a uma manobra tática, visando colocar nosso Partido na defensiva, segurando as eventuais e previsíveis manifestações de repúdio ao candidato oficial. Mais grave de tudo isto foi a campanha de mentiras protagonizadas pelo PDS, através de alguns de seus membros, que não se limitaram à crítica aberta e passaram a utilizar de expedientes que reputamos sórdidos e covardes.

Temos em mãos um "release", distribuído à imprensa na semana passada, que procura contestar posições que processamos desta tribuna. Não quanto ao mérito, mas em relação à forma de produzir estas contestações, não podemos, como parlamentares, deixar de repudiar, do modo mais firme e severo, denúncias feitas à revelia da vida política e institucional desta Casa. É já a segunda vez, em menos de duas semanas, que membros da Bancada do PDS assim procedem, donde queremos registrar nos Anais mais este gesto de descortesia dos nossos adversários.

Julgamos lamentável que, enquanto se multiplicam as denúncias de corrupção contra o candidato Paulo Salim Maluf, membros da Bancada do PDS, honrados pelo voto popular, comprometam-se de maneira tão disparada e inconseqüente com aventuras políticas em embarcações naufragas. Há a honra pessoal, a sigla partidária, o mandato parlamentar que precisam ser preservados. Nesta hora grave para a Nação, devemos, como homens de Oposição, proceder um apelo, por imposição da própria consciência, aos parlamentares do PDS nesta Casa, no sentido de que revisem suas posições na conjuntura política sucessória. Não dizemos, de nenhum modo, de capitulação, mas de união contra



a crise, a imoralidade, a insensatez, Não é possível conviver com tantas denúncias: Mário Juruna, Alceny Guerra, João Cunha (PMDB - SP), Agenor Maia (PMDB - RN), Jorge Viana (PMDB - BA), José Lourenço (PDS - BA) são apenas alguns dos que resolveram trazer a público as ofertas e propinas feitas pelo escritório eleitoral do Deputado Paulo Maluf, quando não por ele própria.

A Nação não está disposta e tem reagido contra prisões arbitrárias, casuísmos e enganações. A trama golpista em curso no País, engendrada pela direita política, deve merecer de todos os patriotas e democratas a mais firme resistência. A Assembléia Legislativa, o Congresso Nacional, as organizações democráticas devem permanecer em vigília cívica contra o retrocesso, e eis aí uma oportunidade concreta dos Deputados da Bancada do PDS demonstrarem seu espírito público, somando ao requerimento de convocação extraordinária desta Casa, do qual é autor o Deputado Márcio Almeida.

Já em relação à grande obra da usina hidrelétrica de Itaipu, outro filho notável dos governos militares do pós-64, procuraremos reproduzir aqui algumas das reflexões sobre o seu conteúdo, que apenas se somem às inúmeras outras considerações que fizemos desta tribuna e que fizeram, com ainda maior propriedade, outros colegas de bancada. Antes disso, acusamos o recebimento de telex do Deputado Federal e Secretário de Estado do Interior, Nelson Friedrich, enviado originalmente ao Deputado Ulisses Guimarães e ao candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves. O telex diz o seguinte:

ENVIO PARA A SUA APRECIACÃO E MANIFESTAÇÃO COPIA DO TELEX ENVIADO AO DEPUTADO ULISSES GUIMARAES E AO COMITE ELEITORAL DO CANDIDATO TANCREDO NEVES, NO DIA 17/10/84.

CONSIDERANDO QUE AS GRAVES DISTORÇÕES PROMOVIDAS PELO MODELO ECONOMICO VIGENTE SOBRE A POLITICA ENERGETICA NACIONAL MERECEM UMA ANALISE GLOBAL E MULTIDISCIPLINAR A LUZ DAS DIRETRIZES PROGRAMATICAS DO NOVO GOVERNO.

QUE AS CONSEQUENCIAS DA AÇÃO COMPARTIMENTALIZADA E NAO GLOBALIZADA DO SETOR ELETRICO SAO VISIVEIS NO ENORME ENDIVIDAMENTO INTERNO DO SETOR (US\$ 25 BI), NOS EQUIVOCOS DA POLITICA TARIFARIA NO ATRASO DA DISTRIBUIÇÃO COM RELAÇÃO A GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA.

QUE NO PARANAH, POR FORÇA DE SEUS RECURSOS ENERGETICOS E PELA AÇÃO DO GOVERNO E DA SOCIEDADE, ENCONTRAM-SE EM DISCUSSÃO ADIANTADA TEMAS COMO OS EFEITOS DAS GRANDES HIDRELETRICAS (ITAIPU, ILHA GRANDE), A REDUÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DA AREA RURAL, O APROVEITAMENTO RACIONAL DO POTENCIAL HIDRAULICO, ETC.

QUE A CONCESSIONARIA ESTADUAL, A COPEL, EH RECONHECIDAMENTE UMA EXCESSÃO NO QUADRO GERAL DE ENDIVIDAMENTO EXTERNO, UM EXEMPLO DE EFICIENCIA TECNICA E ADMINISTRATIVA DESENVOLVENDO HOJE O MAIOR PROGRAMA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL JÁ REALIZADO NA AMERICA LATINA (100.000 LIGAÇÕES EM 4 ANOS).

QUE EM SAO PAULO LOCALIZA-SE O

MAIOR CONSUMO INDUSTRIAL E O SEGUNDO MAIOR CONSUMO RURAL DO PAÍS, ALÉM DE UM TERÇO DA CAPACIDADE GERADORA.

QUE EM RECONHECIDO NACIONALMENTE O ESFORÇO E A COMPETÊNCIA DA PRESIDÊNCIA DA CESP - ELETROPAULO - CPFL EM ADAPTAR ESTE CONGLOMERADO DE EMPRESAS AS DIRETRIZES DE UM GOVERNO DEMOCRÁTICO, TOMO A LIBERDADE DE SUGERIR A PRESIDÊNCIA DO DIRETÓRIO NACIONAL E A DIREÇÃO DO COMITÊ ELEITORAL "TANCREDO NEVES" A REALIZAÇÃO DE UM SEMINÁRIO NACIONAL DO PMDB SOBRE POLÍTICA ENERGÉTICA PARA O NOVO GOVERNO EM FINS DE NOVEMBRO, A REALIZAR-SE EM CURITIBA OU SÃO PAULO, SOB A RESPONSABILIDADE DOS GOVERNOS OU DIRETÓRIOS REGIONAIS DOS DOIS ESTADOS, OU AINDA, DE UNIVERSIDADES ESTADUAIS.

CERTO DE ESTAR CONTRIBUINDO PARA VIABILIZAR O APROFUNDAMENTO DAS DISCUSSÕES PARTIDÁRIAS E SUPRA-PARTIDÁRIAS SOBRE UM TEMA DE IMPORTÂNCIA CAPITAL, SEM AS QUAIS DIFICILMENTE PODERÁ O FUTURO GOVERNO EFETUAR AS MUDANÇAS QUE A SOCIEDADE ESPERA, SUBSCREVO-ME ATENCIOSAMENTE NELTON MIGUEL FRIEDRICH DEP. FEDERAL SECRETÁRIO DE ESTADO DO INTERIOR DO PARANÁ PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CIA PARANAENSE DE ENERGIA MEMBRO DOS DIRETÓRIOS REGIONAL E NACIONAL DO PMDB.

No relato de nossas reflexões, poderão vir os Deputados pedessistas questionar sobre a ausência das citações dos aspectos positivos da obra. Devemos dizer que sobre isso, o governo ocupou-se de, a custo de polpudas verbas, acionar toda a mídia, durante vários dias. Nosso papel, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é e da oposição autônoma e independente, que fiscaliza, critica, apresenta propostas, contra-argumenta, para que dessas contradições nasça o novo, o superior.

Em primeiro lugar, devemos assinalar que a concepção da hidroelétrica de ITAIPU obedeceu ao modelo Brasil - Potência. Isso explica o gigantismo da obra. A formação de quatro consórcios que operam a usina, sendo dois americanos, um europeu e um japonês, com pequena participação dos brasileiros consubstancia um condomínio de interesses internacionais. Quer dizer do impacto social de um projeto que inutiliza 800 Km<sup>2</sup> de terras agrícolas e 600 Km<sup>2</sup> de florestas, que desloca milhares de habitantes e altera até mesmo o lençol freático, modificando regime de rios e as condições climáticas da região?

Em segundo lugar, que dizer do atraso na instalação das linhas de transmissão de FURNAS de mais de 6 meses, em virtude do corte de verbas às estatais? Que dizer sobre os prejuízos de mais de 300 milhões de dólares daí resultantes, conforme cálculos feitos em agosto de 1982 pelo Diretor Financeiro Moacyr Teixeira, da ITAIPU? É de perguntar-se se este atraso não esteve vinculado ao favorecimento oportunizado em concorrência à SERVIX Engenharia S/A., cujos diretores eram parentes do então chefe da Agência Central do SNI, General Newton Cruz que venceu a licitação e terminou por não executar a obra, conquanto dela se tenha utilizado, inclusive, para lesar o BADEP em 6 milhões de dólares. Esta, por exemplo, será



uma questão a ser apreciada pelo futuro governo, se efetivamente comprometido com a apuração e punição dos responsáveis por crimes de corrupção.

Em terceiro lugar, quer dizer do fato de não constar nenhuma cláusula de indenização por eventuais perdas e danos por parte da ASEA Elétrica Ltda., empresa sueca responsável pela execução do linhão de corrente contínua da ITAIPU? Isso significa que a ASEA nada pagará a FURNAS por defeitos em seus equipamentos que resultem na interrupção do fornecimento de energia proveniente de Foz do Iguaçu. Um favoritismo inaceitável, já que a cada hora de paralisação no fornecimento de energia FURNAS deixará de faturar 157 milhões de cruzeiros, em valores de março do ano passado. Assim os resultados de defeitos nos equipamentos da firma estrangeira serão bancados, em última análise, pelo consumidor brasileiro.

Sem que isto nos deva causar surpresa, Senhor Presidente, Senhores Deputados, importa registrar que a inexistência de cláusula de lucro cessante nos contratos de FURNAS, não é novidade na história da política do governo federal no setor, pois seu passado registra a dolosa ausência desta cláusula comercial no contrato celebrado com a WESTINGHOUSE, fornecedora da problemática usina nuclear Angra - 1. Por isso, a WESTINGHOUSE não é responsabilizada criminal e financeiramente pelo erro grosseiro que cometeu primeiro projeto brasileiro de usina termonuclear. Aliás, já entramos no terceiro ano desde que a Angra funciona com apenas 50 por cento de sua capacidade, o que implicou com prejuízos em valores superiores a 400 bilhões de cruzeiros.

Por último, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que dizer de uma obra que emprega num momento 40 mil trabalhadores, cai para 10 mil e se projeta para ficar com apenas 1500 empregados, sem que nenhuma medida de criação alternativa de empregos seja acionada em contrapartida? Que dizer das quedas brutais da arrecadação do ICM dos municípios atingidos pelo alagamento? Que dizer dos seis mil trabalhadores que acionam a UNICON na Justiça reivindicando direitos elementares com horas extras e avisos-prévios? Que dizer de uma obra inicialmente orçada em 2,5 bilhões de dólares e que termina custando mais de 18 bilhões, sem que nenhuma justificativa aceitável e pormenorizada seja feita publicamente? Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, há tanta coisa que deverá ser explicada sobre essa obra, que entendemos mesmo deverá ser objeto de estudos específicos de um novo governo, comprometido com a redemocratização do País, e a superação da interminável noite que assolou a nacionalidade. ERA O QUE TINHA A DIZER.

Muito obrigado.

O Sr. Fuad Nacli - Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

Deputado Sérgio Spada, eu tenho em mente que o nobre Deputado está na tribuna fazendo um pronunciamento escrito por alguém, porque Vossa Excelência fala em Itaipu, fala em energia, fala em Franco Montoro, fala em Maluf, mas com referência ao nosso Secretário, do nosso Partido, Deputado Aírton Cordeiro, ele não falou no nome do Deputado. Todos os Deputados assinaram um manifesto, apoio à candidatura de Paulo Maluf. Então, Vossa Excelência está equivocado. Todos os Deputados,

indistintamente, desta bancada assinaram o apoio.

Com referência a carros oficiais, eu quero dizer a Vossa Excelência de que também foi representado por esta Casa, pelo Presidente da Assembléia, pelo Secretário, e pelo Governador do Estado que lá se encontrava. Se houve despesa do Governo Federal, da Itaipu, houve também despesa nos cofres do Estado do Paraná. Agora, eu tenho a impressão, que Vossa Excelência está confundindo uma coisa com a outra: ou a pessoa que escreveu este discurso, este pronunciamento para o Senhor, está muito mal informado. Com todo o respeito que lhe tenho, nós devemos dizer aquilo que é verdade. Não devemos vir aqui com confusão.

Vossa Excelência é de Foz do Iguaçu sabe perfeitamente, que é a maior obra que nós temos no Brasil e no Paraná, é Itaipu. Vossa Excelência como representante de Foz do Iguaçu devia se orgulhar, porque ali houve trabalho para mais de 40 mil homens; a cidade cresceu, teve desenvolvimento. Até Vossa Excelência foi beneficiado pelo número de eleitores que lá estão, pelo número de arrecadação, e pelo crescimento daquela cidade.

Foz do Iguaçu está de parabéns, e o Paraná também, pela grandeza da obra que lá está realizada; uma obra que eu tenho a satisfação de dizer, que eu participei do convite, para lá me fazer presente em sua inauguração.

O SR. SÉRGIO SPADA - Nobre Deputado, lamento a falta de acuidade de Vossa Excelência e o meu repúdio. O que fiz questão de trazer, nesta oportunidade, a esta Casa, é com relação à nota que foi distribuída à imprensa em nome do PDS, onde o Deputado Aírton Cordeiro e o Deputado Tércio Albuquerque, segundo a nota, falavam ou criticavam minha atuação com relação à ida de Paulo Maluf, no dia da inauguração de Itaipu. Então, essa nota que saiu, praticamente sem o responsável ter assinado embaixo, é uma nota que eu acredito não condiz com o consenso porque eu fui duramente atacado.

Pois é, a pretexto de estar eu falando em nome das lideranças do Oeste do Estado do Paraná, numa prova incontestada que não estava falando é de que num outro dia, o partido do PDS de Foz do Iguaçu estava se dissolvendo. Então, não falava em nome da Liderança do PDS de Foz do Iguaçu.

Então, o meu repúdio.

E é lógico, estou traçando um paralelo entre a inauguração de Itaipu, a visita de Paulo Maluf e os males que Itaipu causou, para o Estado do Paraná e, particularmente, para a minha região. Se Vossa Excelência prestar atenção, vai perceber claramente isto.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Sérgio Spada, pelo seu trabalho e pelo seu sacrifício até de convivência política na cidade de Foz do Iguaçu, nós temos de ser solidários com Vossa Excelência, e quando ouço defenderem Itaipu como a maior obra do Paraná, eu vejo também o defensor desta grande obra, como defensor do maior crime ecológico que se praticou no Paraná - a destruição de 7 Quedas!

Então, não poderia silenciar-me e quando se defende

Itaipu, uma obra mortal dentro de breves anos, que endividou a Nação e empobreceu todo o trabalhador brasileiro, e quando se destrói, para uma obra temporária, uma obra imortal que ultrapassaria os séculos construída pela natureza para a vaidade e deleite político dos grupos multinacionais que vêm para o Brasil negociar com o Governo entreguista, que só serviu para desgraçar a Pátria brasileira, é bom que se diga quando se fala de golpe, que muita gente neste Brasil já morreu, defendendo a liberdade e a democracia, e muitos ainda estão dispostos a continuar a luta pela democracia e pela liberdade.

Vossa Excelência é um sofredor, ilustre Deputado, até pela convivência política que deslustra muitas vezes, este Parlamento!

Muito obrigado, pelo aparte.

O SR. SÉRGIO SPADA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Eu fiz algumas indagações sobre Itaipu, e gostaria que a Bancada do PDS e o Deputado Euad Nacli, defensor dessa grande obra, respondessem-me.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao próximo orador Deputado Dirceu Manfrinato, por nove minutos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Acredito, firmamente, que é chegada a hora de desenvolvermos alguns raciocínios sobre um fato que é, reputadamente, de grande importância no atual contexto da política de desenvolvimento do Estado, implantada no Governo José Richa.

Permitam-me esclarecer alguns aspectos que nos levarão a entender melhor a importância do fato isolado dentro do que o envolve.

A vocação agrícola do Paraná é, já, histórica, a ponto de lhe valer a alcunha, nacionalmente conhecida, de "celeiro do Brasil". E não é para menos.

Dentro dos quase 200 mil quilômetros quadrados de seu território, são produzidas riquezas que em muito contribuem para o equilíbrio da balança comercial brasileira, ou mais exatamente, riquezas que representam um quarto de toda a exportação nacional de grãos.

Sem dúvida, o Paraná ocupa hoje lugar de destaque no cenário econômico brasileiro, produzindo alimentos para a exportação e para o mercado interno gerando empregos e movimentando recursos. Um Estado dinâmico, e com um índice de crescimento superior a média dos outros Estados.

E a base econômica do Paraná vem sendo, desde longa data, a agricultura; mercê das excelentes terras de que dispõe, desde cedo o Paraná despertou a atenção pela fecundidade do seu solo.

Não por acaso, aqui se instalaram numerosos levas de imigrantes, que em seus países de origem - também não por coincidência - subsistiam através da agricultura.

Terra generosa, bom clima, topografia favorável, o Paraná expandiu a toque de caixa a sua agricultura: primeiro a erva mate; depois o café; agora a soja o algodão, o milho, tudo. O que se planta, dá.

E foi plantando e colhendo, trabalhando

muito, que o Paraná chegou onde chegou. Uma das quatro potências econômicas do Brasil. Este o milagre paranaense.

Mas, e quem fez este milagre, quem construiu este gigante, o que foi feito dele? Onde estará, como vive?

A realidade mostra que, enquanto o Paraná pujante crescia vertiginosamente pelas mãos dos que plantavam, os que plantavam continuavam desassistidos - à margem da nova vida que eles mesmos estavam ajudando a construir.

E o resultado aqui está: um Estado eminentemente agrícola, que se gaba de produzir tantas riquezas à Nação, tem mais da metade de seu contingente populacional vivendo nos centros urbanos.

O êxodo rural: em busca de uma vida melhor de uma assistência mais efetiva quanto às suas necessidades básicas de sobrevivência, o agricultor foi obrigado a desertar. E nos centros urbanos, a tragédia social maior: as mãos calejadas, habituadas ao trato do cabo da enxada, dificilmente se habilitavam a operar algo diferente de assentar tijolos ou permanecer espalmadas, à espera da compaixão e da caridade alheia.

Com o passar do anos, essa situação forçou a formação de uma dívida social enorme do Governo Estadual para com o seu povo, notadamente o da zona rural, este pessimamente assistido e entregue à sua própria sorte.

E é essa imensa dívida social que este Governo começou a resgatar, a partir de 1983. De diversas formas, atacando em todas as frentes.

E essa intenção pode ser muito bem representada pelo programa de eletrificação que o Governo José Richa planejou e já está executando, através da COPEL.

Sabe-se, hoje, que o Paraná tem pouco mais de 20% de suas propriedades rurais eletrificadas.

Pois, ao final deste Governo, aquele índice (muito baixo, ridículo, mesmo, para um Estado que é o "celeiro do Brasil") terá dobrado. Mais de 100 mil propriedades rurais serão ligadas até o final da atual administração, num programa orçado em 260 milhões de dólares.

É o maior programa no gênero já concebido e executado no Brasil, e foi viabilizado graças às intensas pesquisas desenvolvidas pela COPEL, no sentido de procurar alternativas capazes de baratear ao máximo os custos de ligação, para que o acesso à luz elétrica fosse possível a todos os interessados.

Sistematicamente, como atividade de rotina, setores técnicos da empresa revisam normas e tipos de materiais aplicados nas redes, visando otimizar e substituir determinados componentes por outros que, além de igual e melhor desempenho, apresentem-se economicamente mais viáveis.

Como exemplo dessa evolução, uma entrada de serviço para o consumidor urbano no ano de 1972, demandava o total de 107 peças e equipamentos. Com pesquisas e emprego de técnicas alternativas, muitas delas criadas e desenvolvidas pela própria COPEL, a mesma entrada emprega hoje apenas 23 peças, com redução numérica da ordem de 80% e significativa redução, também, nos custos. E o que é igualmente importante, sem comprometimento algum na qualidade de serviços.

No caso específico da eletrificação rural, a evolução da tecnologia de materiais também se fez sentir, mormente se comparados os custos de ligação ao longo dos anos. Verifica-se, por exemplo, que de 1976 para cá a substituição de materiais e adoção de novas técnicas possibilitaram uma redução real superior a 50%, apenas com a mudança do sistema de condução do trifásico típico das redes urbanas para o monofásico com retorno por terra - conseguiu-se um barateamento de 32%.

Paralelamente, a participação do agricultor também foi minimizada, com uma participação financeira mais representativa da COPEL.

Antes, a empresa arcava com 20% dos custos e o agricultor com 80%; agora, a COPEL arca com 60% e o agricultor participa com apenas 40% do investimento. O resultado: uma ligação rural que custava, em agosto de 83, 977 mil, custa hoje, em média, menos de 500 mil.

E toda participação de interessados poderá ser financiada pela própria COPEL, ou então junto ao sistema bancário nacional, que possui linhas de crédito especiais para o programa de eletrificação.

É assim que o Governo do Estado e a COPEL vão elevar de 20 para 40% o número de propriedades rurais ligadas, até o final desta Administração, com 100 mil novas ligações.

E ainda executar mais 49 mil ligações em comunidades com menos de 5 mil habitantes. Implantar redes de distribuição em 130 pequenas localidades e ligar milhares de famílias de baixa renda, através de outro grande programa: O CLIC URBANO.

Ele visa ligar 70 mil famílias localizadas nas periferias das cidades e classificadas como de baixa renda. Prevê, também, a utilização de nova tecnologia de projeto, desenvolvida com o objetivo de baratear ao máximo os custos das ligações, de modo a beneficiar notadamente, os segmentos populacionais de menor poder aquisitivo.

É propósito da própria COPEL, de acordo com a política adotada em todos os Órgãos do Governo, conseguir que seja eliminada a necessidade de participação financeira nas extensões da rede elétrica. Isto vai depender, basicamente, do número de pretendentes em cada área a ser atendida. Será uma tentativa de se socializar os custos, em proveito das camadas da população de mais baixa renda.

Porém, quando não puder ser eliminada a participação financeira dos interessados, ela pode ser financiada em até 60 meses.

Por se tratar de um programa de amplo alcance social, o financiamento para os interessados que recebam menos de dois salários mínimos mensais tem três planos consecutíveis, todos sem paternalismo, mas de elevado alcance social.

Inegavelmente, os benefícios que advirão desses programas são muitos, e bastante diversos. O mais imediato deles é o social, que se dá pela melhoria das condições básicas de sobrevivência, e pelo desenvolvimento das comunidades rurais causado pela elevação do nível de informações.

Outro fator paralelo é a contenção do êxodo rural, já que com essa melhoria, menos gente tenderá a buscar os aglomerados urbanos em busca de mais facilidades.

Há, também, o benefício econômico, que se dá de forma direta através da possibilidade de incremento

da produção, com acesso a novas tecnologias, irrigação e substituição de combustíveis derivados de petróleo.

Beneficia, indiretamente, através da reativação do mercado de produção de bens de consumo, que implementado pelas possibilidades criadas em outro novo campo de consumidores, gera receita adicional, tanto para quem produz, como para quem vende, e para o próprio Governo com a maior arrecadação de impostos.

Além disso, no caso específico do programa rural paranaense, haverá reflexos imediatos quanto ao nível de empregos durante a construção dos 68 mil novos circuitos, que totaliza 46 mil novos quilômetros de linhas de distribuição, com utilização de 344 mil postes.

Serão gerados 4 mil novos empregos, de 84 até final do CLIC - Rural, que ainda demandará junto ao comércio compras de materiais, serviços de engenharia e construção, etc.

Depois de concluído, ampliará a demanda da indústria, comércio e serviços, através dos benefícios inegáveis de otimização econômica e produtiva, acarretada pela eletricidade.

Queremos crer, ao fim de nossa exposição, que ficou demonstrado, sem sombra de dúvidas, qual o fim a que aspiramos, e acima de tudo, o que o nosso Governo faz, a fim de atingi-lo.

Era o que tinha a dizer”.

(Tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado e concedo-lhe um minuto para concluir.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu gostaria de solicitar à Presidência que desse como lido o meu pronunciamento. E na verdade, finalizando, isto vem provar realmente o posicionamento do Governador José Richa com o povo do Paraná, que sentimos pela região em que andamos a grande satisfação do povo do Paraná com o Governo que elegeram em 1982, o povo está confiante e satisfeito com a admiração do nosso Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

Com a palavra o Senhor Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Atentamente ouvi o pronunciamento do ilustre Deputado Sérgio Spada, analisando a inauguração da obra de Itaipu, e a presença em Foz do Iguaçu do presidencial Paul Maluf.

O discurso do Deputado Sérgio Spada foi um verdadeiro coquetel, uma mistura de assuntos que nada contribuiu para que o Parlamento paranaense pudesse ouvir uma análise fria, uma análise correta dos fatos acontecidos em Foz do Iguaçu, por ocasião da concentração realizada para o presidencial Paul Maluf, bem como pela inauguração da hidrelétrica de Itaipu.

Analisaremos por parte o pronunciamento do Deputado Sérgio Spada. Fala o Deputado Sérgio

Spada de um telex enviado pelo Senhor Secretário do Interior às autoridades federais de Brasília, com referência à energia elétrica. A memória do Deputado Sérgio Spada e do próprio Secretário de Nilton Friedrich, deve ser bastante curta, porque não faz muitos anos que o Deputado Nilton Friedrich, era neste Parlamento um líder da minoria de então o PMDB, e fez severas críticas à construção da Hidrelétrica de Itaipu.

Surpreendeu-me bastante, ao chegar a Foz do Iguaçu, e ver entre a galeria das autoridades assistindo à inauguração da hidrelétrica de Itaipu, a presença do Deputado Nilton Friedrich. Quem é contra, quem criticou um fato, tem que ser coerente com as suas palavras.

O Deputado Nilton Friedrich não deveria ter comparecido à inauguração da Itaipu, por ter sido ele, durante anos, líder nesta Casa, o maior crítico incondicional da Itaipu Binacional.

O Governador José Richa, que durante sua campanha inteira, criticava a Itaipu como obra faraônica, denegriu Itaipu com suas palavras, de palanque. Mas, assistimos. E o Governador deve ter memória curta, quando pronunciou-se pela televisão pedindo que o povo se concentrasse para assistir à inauguração da maior obra já construída neste País e pela administração de um dos maiores Presidentes da República. Segundo palavras do Governador José Richa, que na campanha dizia uma coisa, na inauguração de Itaipu dizia outra.

O Deputado Sérgio Spada, que critica o Presidente João Figueiredo constantemente, estava como um "cordeirinho" no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu, batendo continência para recepcionar o Presidente João Figueiredo. Precisa deixar de mentir! Precisam deixar de falar uma coisa lá, em Foz do Iguaçu, e aqui na Assembléia Legislativa, longe do povo, longe do seu leito eleitoral, querer aparecer como defensor da Pátria, lendo discursos que discursos não é a não ser, como já disse e repito porque agora está presente o Deputado Sérgio Spada, um verdadeiro coquetel em suas palavras na tribuna no dia de hoje.

Se realizei a denúncia de que haveria manifestação de hostilidade em Foz do Iguaçu, é porque detectei, de pessoas sérias, que o Deputado Sérgio Spada realizara no bairro Rincão de São Francisco, onde não compareceram quarenta pessoas, mas, mesmo assim, queria que o povo fosse à presença do Deputado Paulo Maluf, nostilizá-lo.

E a prova maior . . .

O Sr. Sérgio Spada - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Dentro de poucos minutos darei, apesar de não ter pedido no seu pronunciamento.

Se não fosse verdade, a própria imprensa, - e eu acredito em quem escreve na imprensa, não teria colocado em alguns jornais, - os recortes estão em meu gabinete, que o Deputado Sérgio Spada fora chamado a atenção pelo Chefe da Casa Civil, Deputado Euclides Scalco e pelo próprio Governador José Richa que inclusive, para acirrar seus ânimos deu pela primeira vez a oportunidade do Sérgio Spada viajar em um avião a jato do Governo do Estado

do Paraná; para dar-lhe conselho. Quando estamos iniciando na nossa vida, precisamos dos conselhos dos mais velhos. E o Governador José Richa muito bem fez em aconselhar o Deputado Sérgio Spada porque mesmo com seu pronunciamento tentando sacudir a comunidade iguaçuense, a comunidade não aceitaria porque é ordeira; é uma comunidade que sempre recepcionou tanto o Presidente João Figueiredo, quanto o Governador José Richa.

Apesar de que há ainda o ressentimento da comunidade iguaçuense, em relação ao comportamento do Governador José Richa e do próprio Deputado Sérgio Spada, que abertamente gritavam nos palanques públicos de nossa comunidade que, se eleito Governador, faria um Prefeito que não fosse nomeado. O Governador gritava, em alto e bom som, e existe nos registros da comunidade iguaçuense as gravações de suas palavras, quando da renúncia do Prefeito Clovis da Cunha Viana, houve alvoroço do Palácio Iguaçu e da comunidade iguaçuense peemedebista, bem como da comunidade peemedebista londrinense, temendo que o Governador José Richa não indicasse para compor a lista tríplice o meu nome, porque abriria vaga para o Deputado Antônio Belinati, que se encontra hoje neste Poder, representando também ao lado de outros líderes políticos de Londrina, a sua comunidade competente, respeitada, que é a comunidade de Londrina.

E ao formar uma lista tríplice, o PMDB colocará três peemedebistas numa lista tríplice, isto de encontro às palavras de palanque, a promessa ao seu próprio eleitorado.

O PDS também fez a sua lista tríplice, acredito, até contra a população, mas não contra a coerência, mas não contra as suas palavras de palanques, que sempre defenderam as eleições diretas, entretanto aceitaram e continuam aceitando as regras do jogo pré-estabelecidas antes do jogo ser realizado.

Onde está a coerência?

Acabou-se indicando três nomes para compor uma lista tríplice, dois do PMDB um do PDS, está lá na Prefeitura de Foz do Iguaçu um homem do PDS, mas um homem que tem respeito, um peemedebista, um homem que tem atendido ao PMDB e ao PDS por igualdade, inclusive, que eu poderia denunciar em meu partido e nunca fiz, a coerência do Prefeito iguaçuense é tão grande, que na composição do seu secretariado há mais peemedebistas do que pedessistas.

Muito mais Secretários do PMDB que do próprio PDS, compondo o primeiro escalão e o segundo da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

Deputado Sérgio Spada, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Sérgio Spada - Nobre Deputado, eu lamento a falta de atenção de Vossa Excelência, que não entendeu o meu pronunciamento, aliás, Vossa Excelência estava falando enquanto eu discursava.

Agora coquetel, dá para dizer que é o seu pronunciamento, porque já falou de Figueiredo, falou de Itaipu, da comunidade de Londrina, de indicação de Prefeito, de eleição direta, dos méritos do Prefeito, quer dizer, este é o verdadeiro coquetel.

Deputado, realmente chamou atenção a ausência da Bancada Pedessista em Foz do Iguaçu, tanto de Vereadores, como Deputados Estaduais e Federais, durante a chegada do mandatário maior da Nação, que é o Presidente Figueiredo, bem ou mal, é o Presidente da República.

Estranhamente, nenhum pedessista lá se encontrava, para recepcionar esse tão grande Presidente, como Vossa Excelência há tão pouco alardeava e eu não poderia fugir, até o próprio protocolo e deixar de acompanhar o nosso Governador, que cumprindo protocolo tinha que receber o Presidente Figueiredo.

Portanto, nobre Deputado, faltou eu acho que até dignidade ou respeito por parte da Bancada pedessista em receber o Chefe da Nação que esteve naquele dia em Foz do Iguaçu e o Governador José Richa lá esteve para cumprir o seu protocolo.

Nobre Deputado, eu acho que nós jamais vamos nos entender com relação ao malefício que Itaipu causou a Foz do Iguaçu, Vossa Excelência tem que admitir.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Mas eu não defendi Itaipu, posso chegar lá, daqui a pouco, mas até agora ainda não deu.

O Sr. Sérgio Spada — Foi um afronto total, um afronto o que foi feito em Foz do Iguaçu no dia da sua inauguração, notícias tivemos de que mais de quarenta milhões de cruzeiros foram gastos somente em carpet, para forrar o palanque onde estavam as seletas autoridades que lá de encontravam, o coquetel custou cem milhões de cruzeiros. Quem que paga tudo isso aí?

Num afronto, num desrespeito para com aquela população, que em função de Itaipu está passando fome, desempregada, marginalizada.

Nobre Deputado, convenhamos a visita de Paulo Maluf em Foz do Iguaçu foi um fracasso e nós do MDB, não entramos no jogo da provocação, da extrema direita, da Bancada do PDS desta Casa, porque entendemos que jamais foi a hora de entrarmos na provocação da extrema direita.

Com relação à sua colocação de que o Sr. Governador teria me chamado a atenção, Vossa Excelência mais uma vez falta com a verdade. Porque na quarta-feira Vossa Excelência fez aquele alarde todo, na imprensa a infundadamente na quinta-feira dei-lhe a resposta dizendo que nada havia. E somente na sexta-feira que eu falei com o Deputado Euclides Scalco e no dia da ida a Foz do Iguaçu, com o Governador José Richa.

Portanto, Vossa Excelência é contumaz, é inventador de histórias, de anedotas e tem trazido muitas vezes, para esta tribuna. Mas, muitas, tem se furtado de vir aqui neste lugar, onde é o lugar do Parlamentar debater, se pronunciar; e tem mandado "Releases" anônimos, para a imprensa, tentando me atacar, inclusive dando uma redação que teria sido dada pela própria imprensa. Felizmente esse esse "release" não saiu na imprensa, nobre Deputado. E Vossa Excelência, tenho certeza, tem conhecimento desse "release".

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Eu agradeço o aparte. Vou lhe responder, depois lhe darei outro. Vossa Excelência é um grande mentiroso, Vossa Excelência está falando mentira. Nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa solicita aos Srs. Deputados, tanto ao que se encontra na tribuna, quanto ao aparteante, a observância do Regimento Interno, no que diz respeito ao tratamento, para com seus colegas.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, eu aceito o que Vossa Excelência diz. Entretanto Vossa Excelência deixa para me corrigir, quando o Deputado de sua bancada me provocou.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa chamou e pediu a colaboração tanto de Vossa Excelência que estava na tribuna, como do aparteante.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Aceito a decisão de Vossa Excelência.

Entretanto, Deputado Sérgio Spada, Vossa Excelência está faltando com a verdade. Eu não conheço o "release" que Vossa Excelência faz. No meu gabinete não trabalha participante do MR - 8, acostumado a fazer arruaça no Estado do Paraná. Vossa Excelência tem que provar o que está dizendo agora, que eu distribuí "release" anônimo. Vossa Excelência é que tem costume de fazer isto, Vossa Excelência é que se junta com quem não presta para realizar arruaça, para mentir ao povo de Foz do Iguaçu. Vossa Excelência disse que eu falei com o compromisso de esperar o Presidente Figueiredo. A bancada de Vossa Excelência e Vossa Excelência também não foram convidados a comparecer ao aeroporto para esperar o Presidente João Figueiredo..

A Bancada do PDS recebeu o convite para assistir ao lado do Presidente João Figueiredo, a inauguração de Itaipu. E assim compareceu a maioria da bancada. Esse Deputado não compareceu, porque ficou cumprindo com um compromisso que a bancada preestabeleceu para que eu ficasse em Foz do Iguaçu, cumprindo com este compromisso. Mas Vossa Excelência não foi convidado a ir ao Aeroporto, esperar o Presidente João Figueiredo. Vossa Excelência que me mostre o convite. Porque o convite era apenas para comparecer à Itaipu Binacional. Quem fora convidado para comparecer ao aeroporto, do PDS? Foram os Deputados Federais; e lá estavam, esperando o Presidente João Figueiredo, na fila, como manda o protocolo, ao lado do Governador José Richa, que fora convidado. Mas Vossa Excelência, não. Sua Bancada também não. E só Vossa Excelência como Deputado Estadual, que foi esperar o Presidente João Figueiredo. Mas Vossa Excelência que tanto fala mal do Presidente João Figueiredo, Vossa Excelência que tanto alardeia contra a construção de Itaipu; o Secretário Nelson Friedrich, que foi o maior crítico de Itaipu, foi lá, aplaudir, bater palmas, que nem um cordeirinho. Agora, Vossa Excelência não vem aqui querer dizer que nós fizemos "release"?

Primeiro, eu nunca estudei jornalismo, não sei elaborar "release"; segundo o meu gabinete não costuma fazer o que Vossa Excelência costuma fazer, mandar impróprios, mandar "release". Agora, Vossa Excelência...

O Sr. Sérgio Spada — Vossa Excelência...

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, eu não dei aparte ao Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, eu peço a Vossa Excelência que exija do Deputado Sérgio Spada as provas, que eu mandei "release" anônimo à imprensa paranaense, pois não é do nosso

feito realizar esse tipo de "release".

Os "releases" que eu distribuo, são feitos, elaborados pelos jornalistas. Apenas eu converso com os jornalistas, digo o que eu quero que saia no "release"; eles elaboram, são profissionais, são competentes para isso, e eu entrego nas mãos do Dr. Kudry, que é o responsável pela imprensa da Assembléia Legislativa. Ele é testemunha de que os meus "releases" são entregues aqui, Deputado Trajano Bastos, no órgão competente que Vossa Excelência criou na sua administração, sob a gerência do Dr. Kudry e do Dr. Elias Thomé. Lá, eu entrego os meus "releases", que são distribuídos, e não houve sequer um "release" de autoria do Deputado Aírton Cordeiro e meu anônimo. Os "releases" por aí distribuídos devem ter a assinatura da liderança, do responsável da imprensa pela Liderança do PDS, os meus são dados o meu visto, eu assino e distribuo. Agora, Vossa Excelência vem aqui, querer justificar o seu coquetel, as suas inverdades, o seu "puxassaquismo", da tribuna; os seus elogios ao Deputado Nilton Friedrich que lhe tem como apadrinhado da Secretaria do Interior. Vossa Excelência é um dos Deputados que mais tira recursos da Secretaria do Interior, porque dobrou com o Deputado Nilton Friedrich...

O Sr. Sérgio Spada — É prestígio.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Não, não é prestígio coisa nenhuma.

Isso é troca de favores, é troca de votos porque Vossa Excelência dobrou com ele para Deputado Federal e o pagamento Vossa Excelência está recebendo com isso, em detrimento de outros Deputados da sua própria bancada.

Leia bem, antes, o discurso que Vossa Excelência vai ler da tribuna, antes de fazê-lo aqui, porque muitas vezes a gente fica emocionado com palavras bonitas, com vocabulário excepcional, às vezes até desconhecido, pensando que com isso vai ser um dos grandes mártires, um dos grandes líderes do Paraná. Vossa Excelência se engana!

Vossa Excelência dizer que eu me furto ao debate é um grande engano seu. Estou neste Poder há seis anos e meio, e nunca me furtei do debate, sei da competência de vários Deputados da sua bancada e da minha, mas eu nunca me furtei ao debate com eles. Dentro do meu conhecimento, como Vossa Excelência diz, do meu humilde conhecimento, eu nunca me furtei.

Vossa Excelência só leva aqui coisas elaboradas em laboratório, quem sabe do Palácio Iguaçu, ou quem sabe por algum componente do MR - 8, que lhe enganam e Vossa Excelência é sabedor, mas Vossa Excelência não sabe o que transmite aqui no Poder Legislativo.

Portanto, eu estou aqui, vivo aqui na Assembléia Legislativa, falto com a minha presença aqui quando tenho compromissos assumidos para atender a minha região e isso faz parte do cotidiano de um Deputado atendo na Assembléia Legislativa, elaborando as leis, legislando e atendendo a sua comunidade na sua região, atendendo os compromissos. Agora, fica aqui o meu repúdio, Deputado Sérgio Spada, que fez uma acusação mentirosa de que eu havia distribuído "releases" anônimos, Vossa Excelência deveria provar, se Vossa Excelência tiver as provas eu aceito e me desculpo com Vossa Excelência, se Vossa Excelência me

provar. Como Vossa Excelência não está provando, Vossa Excelência passa como mentiroso, infantil, que vem à Assembléia Legislativa, transvestido de Deputado, para tentar denegrir os seus companheiros, para tentar fazer arruaça, baderneiro como Vossa Excelência é, na nossa região, Vossa Excelência é acostumado a fazer isso, não é cumpridor de seus deveres...

(Tumulto — Vozes superpostas)

Sr. Presidente, eu ainda estou com a palavra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de encerrar, eu queria comentar mais uma parte do discurso do Deputado Sérgio Spada.

Dizer que foi um fracasso a recepção e a concentração do Deputado Paulo Maluf. Isso é querer enganar o povo.

Porque o povo de Foz do Iguaçu, o povo da região Oeste e das principais lideranças do Paraná compareceram superlotaram o ambiente onde estava o Deputado Paulo Maluf. Foi uma concentração ordeira, uma concentração que deu ao Deputado Paulo Maluf o sentido de que o povo do Paraná é educado, de que o povo do Paraná sabe receber o homem que tem cumprido com os seus compromissos durante a sua candidatura à Presidência da República, é a sexta vez que ele comparece ao Paraná, enquanto que o candidato do seu Partido já prometeu vir ao Paraná várias vezes e mais uma vez ele renega atender os paranaenses, aqui não comparecendo, não valorizando um Estado, que nós temos certeza, ganhará as eleições. Nós temos certeza que ele ganhará porque além dos votos do PMDB, ele terá o voto de três Deputados que nos abandonaram, cuja personalidade de um deles, eu passo a analisar, bem como o seu pronunciamento.

Vossa Excelência tem a coragem de defender o Deputado Mário Juruna, que deu uma entrevista coletiva em São Paulo, que a Revista "Veja" e a "Gazeta Mercantil" publicaram, dizendo que recebera uma oferta de 500 milhões de cruzeiros, por parte da campanha Tancredo Neves, para comprar o seu voto.

Vossa Excelência não falou isto aqui! O PMDB também não!

Talvez Vossa Excelência não conheça a revista VEJA e nem a "Gazeta Mercantil", que publicaram, na íntegra, o pronunciamento, a entrevista coletiva do índio, Deputado Mário Juruna. Quando Vossa Excelência fala em Mário Juruna, Vossa Excelência está denegrindo o Parlamento Brasileiro, porque é um homem que tem servido apenas para divertir a população brasileira, que tem servido até como se fosse o palhaço de um grande circo para todos nós darmos risada, e até em nossos lares.

(Conversas Paralelas).

Sr. Presidente, o Deputado Sérgio Spada está tumultuando. Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência para dizer ao Deputado Sérgio Spada que tenha calma, que se mantenha no seu lugar.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa

solicita aos Srs. Deputados que ao pretenderem apartear o orador que se encontra na tribuna, o façam regimentalmente. Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Defende também, o Deputado Sérgio Spada, o Deputado Alceni Guerra. O Deputado Alceni Guerra, pessoalmente eu tenho como amigo; politicamente, agora,



graças a Deus, bem longe de nós.

Porque um homem que tem a coragem de ir à televisão, antes de fazer um cálculo em sua residência, ou em seu gabinete, da tamanha mentira que pronunciara na televisão, como irresponsável demonstrou ser, há dias atrás ele irresponsavelmente acusou a família Mattos Leão e o Deputado Aníbal Khury, de que estavam "malufando"; logo em seguida vem à televisão e diz que recebera uma oferta. Vejam bem, os Senhores, recebeu uma oferta de 150 milhões de cada município que representa; ele representa 30 municípios. Oh! votinho caro, meu Deus!

Só 150 milhões de cruzeiros de cada município daria 4 bilhões e meio de cruzeiros, mais 30 Kombis no valor, cada uma, hoje, aproximadamente, de 19 milhões de cruzeiros. Oh! votinho caro! Mais todo o papel de propaganda oferecido pelas Indústrias Klabin.

Vejam, que mentira!

O Deputado Alceni Guerra não soube, sequer, ficar como diz aquele humorista: "Fica vermelha, cara sem-vergonha"! Porque foi a maior palhaçada que um parlamentar poderia ter feito nesta Nação! Um médico formado!

O Sr. Sérgio Spada - Do PDS.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Do PDS, não! da Frente Liberal.

Largue de ser mentiroso! Da frente Liberal, que está apaniguando o Senhor Tancredo Neves e José Sarney, futuro candidato à Vice-Presidência.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento). Agradeço o aparte de Vossa Excelência e quero dizer que todo mundo estranhou, neste Estado, todos os que conhecem o Deputado Alceni Guerra, porque nós sabemos que Sua Excelência estava vivendo algumas dificuldades financeiras, que ele fosse procurar, espontaneamente, o Deputado Paulo Maluf. E, após um mês na Casa do Deputado Paulo Maluf, após um mês ele faz essas denúncias, sabe porque isso aconteceu? Eu penso, é público e notório, é porque o outro lado cobriu a proposta. Então o que nós estamos vivendo hoje é um mar de corrupção, e não venham os componentes da Frente Liberal, do PMDB, achar que o Senhor Tancredo Neves é um santo. Não é, ele também tem um passado tenebroso, e nós sabemos disso. Nós que temos uma coletânea de jornais, principalmente a "Tribuna da Imprensa", nós sabemos das grandes negociatas que ele fez no final do Governo João Goulart. Esse negócio de vir falar em honestidade aqui, Alceni Guerra, Tancredo Neves, isso tudo é para inglês ver, nós sabemos o que se esconde atrás de tudo isso. E ninguém menos autorizado neste Paraná a falar em corrupção do que o Senhor Alceni Guerra, que chegou à Câmara Federal usando, descaradamente, a máquina do INPS. Chegou. Ele e outros. Ele é um deles. Eu não usei máquina para chegar aqui onde sento. Nunca usei máquina e nem Governo, eu posso falar de cadeiras quanto esses corruptos como o Senhor Alceni Guerra. Eu não aceito contrapartes temporâneas de Vossa Excelência.

O Senhor Alceni Guerra tem métodos estranhos

tão ou mais do que o Senhor Paulo Maluf, tão ou mais, não venham agora pintar o Senhor Tancredo Neves de santo; não venham pintá-lo de homem honesto. Nós conhecemos a crônica, o passado do Senhor Tancredo Neves, e queríamos que apenas a Oposição citasse uma só obra desse homem em toda sua vida política em favor do povo brasileiro, uma só obra, pois ele sempre foi um teórico.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna que seu tempo está esgotado e concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Eu agradeço o aparte do Deputado Erondy Silvério, que vem com sua inteligência, com seu raciocínio rápido, colorir o pálido pronunciamento que fazemos nesta tarde, em respostas às inverdades, às injúrias, às calúnias do Deputado Sérgio Spada, que pronuncia como um 'boquirrato', transmissor do que dizem outros neste Poder, na tentativa de esconder num pano de fundo, a tentativa que fez em Foz do Iguaçu, mas o seu próprio Governador, e a nossa denúncia que fizemos e que não temos arrependimento nenhum porque temos comprovantes de que foi verídico o comício do Rincão São Francisco, e que convidei, inclusive, no pronunciamento acusatório que aqui fiz, para que fôssemos à comunidade na presença dos quase quarenta que lá estavam para que em debate comprovássemos quem mentindo estava.

Eu agradeço Senhor Presidente, muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

acom. a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, devidamente apoiada, constante do expediente. Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimentos dos Senhores Deputados.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Aníbal Khury, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado



Fiori Luiz, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada e Adhail Sprenger Passos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Luiz Alberto Oliveira e Nilso Sguarezi, na qualidade de Líderes do PDS e PMDB respectivamente, constante do expediente, solicitando seja transformada a Sessão Plenária do dia 1.º de novembro de 1984 em reunião das Comissões Permanentes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com aponamento de diversos Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a inversão na votação dos Projetos de Lei constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão de hoje. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 224/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 177/84), que objetiva alterar o Anexo I - Resumo dos Quadros de Oficiais, previsto no art. 2.º da Lei n.º 7.704, de 21/11/78, com modificações já introduzidas pelas Leis n.ºs 7.638, de 10/09/82 e 7.815, de 29/12/83, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 84 de 10/09/84, Mensagem).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 224/84

###### PARECER:

O presente Projeto de Lei n.º 224/84, Mensagem Governamental n.º 177/84 de autoria do Poder Executivo, altera na forma do Anexo I - Resumo dos Quadros de Oficiais, previsto no art. 2.º da Lei n.º 7.047, de 21 de novembro de 1978, modificado pelas Leis n.ºs 7.638, de 10 de setembro de 1982 e 7.815, de 29 de dezembro de 1983.

Conforme justifica a Mensagem Governamental, alteração pretendida no Quadro de Oficiais da Polícia Militar do Estado, pleiteia a transformação, no Quadro de Oficiais Bombeiros Militares, de uma vaga de Tenente Coronel em Coronel e de duas de 2.º Tenente em Tenente Coronel.

Segundo o Comando Geral da Polícia Militar do Estado e a Chefia do Estado-Maior do Exército, a medida é oportuna e necessária.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre a matéria, nada temos a opor à normal tramitação da mesma pelos demais órgãos desta Casa, uma vez que a mesma está amparada no artigo 47 da Constituição Estadual.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente.

ANIBAL KHURY

Relator

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N.º 224/84

###### PARECER:

O Plano de Lei ora em exame originário do Poder Executivo, tem por finalidade estabelecer modificações que especifica ao Anexo I - Resumo dos Quadros de Oficiais, referente ao previsto no art. 2.º da Lei n.º 7.047 de 21/11/78 alterado pelas leis n.ºs 7.638 de 10/09/82 e 7.815 de 29/12/83.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito da competência desta Comissão de Recursos Humanos chamada a opinar sobre o mérito, temos que de acordo com a justificativa apresentada através da mensagem n.º 177/84 - do Chefe do Poder Executivo, a proposta aqui apresentada atende aos altos interesses da organização funcional dos Quadros do Comando Geral da Polícia Militar do Estado razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04 de outubro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

Presidente

e Relator.

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

##### PROJETO DE LEI N.º 224/84

###### PARECER:

A matéria de que visa o presente Plano de Lei, oriundo de Mensagem Governamental, tem por escopo propor modificações conforme estabelece, ao anexo I - Resumo dos Quadros de Oficiais, referente ao previsto no art. 2.º da Lei n.º 7.074 de 21/11/78, alterada pelas Leis n.ºs 7.638 de 10/09/82 e 7.815 de 29/12/83.

Pronunciando-se favoravelmente à Proposição, manifestaram-se anteriormente, as doudas Comissões de Constituição e Justiça e Recursos Humanos.

Examinando-se o texto do Projeto apresentado, temos que, nos termos da Mensagem n.º 177/84, as alterações aqui apresentadas visam adequar a estrutura dos Quadros de Oficiais do Corpo de Bombeiros da valorosa Polícia Militar do Estado do Paraná, em condições determinadas por critérios estabelecidos pelo Comando Geral da P.M.E. e com parecer aprovado pela Chefia do Estado Maior do Exército conforme dispõe o art. 38, do Decreto Federal n.º 88777 de 30/09/83.

Com isso nosso parecer é favorável opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

Presidente

NELSON BUFFARA

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 235/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 191/84), que objetiva dar nova redação ao art. 179, da Lei Complementar n.º 14, de 26/05/82 (Estatuto da Polícia Civil do Paraná), com vistas a estabelecer normas para revisão de proventos

de inatividade de servidores policiais civis, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H. por unanimidade. EM REGIME URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 91 de 20/09/84, mensagem).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N.º 235/84

##### PARECER:

O Projeto de Lei Complementar n.º 235/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º 191/84, objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar n.º 14, de 26 de maio de 1982, para estabelecer normas para revisão de proventos de inatividade de servidores policiais civis.

A iniciativa enquadra-se no elenco daqueles que constitucionalmente são exclusivas do Poder Executivo.

Quanto à oportunidade das medidas propostas nada há a objetar de vez que as demais categorias funcionais já foram beneficiadas com medida semelhante e, nada mais justo do que se atender também, aos reclamos daqueles que, desinteressadamente por anos a fio, arriscaram suas vidas e tranquilidade de suas famílias na defesa do bem estar da comunidade.

É, portanto, uma medida que merece todo o nosso apoio e entusiástico aplauso.

Nestas condições, nada havendo que se lhe possa opor, de natureza legal e constitucional, somos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

Presidente

ANIBAL KHURY

Relator.

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PROJETO DE LEI N.º 235/84

##### PARECER:

O presente Projeto de Lei Complementar n.º 235/84, oriundo de Mensagem Governamental n.º 191/84, objetiva alterar dispositivos de Lei Complementar n.º 14, de 26 de maio de 1982, para estabelecer normas para revisão de proventos de inatividade de servidores policiais civis.

Conforme justificativa em Mensagem anterior de n.º 134/84, tais benefícios já foram estendidos às demais categorias de servidores aposentados do Poder Executivo.

A Comissão de Constituição e Justiça, em parecer de folhas 08 do processo, manifestou-se favoravelmente a matéria.

No âmbito desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o aspecto financeiro, temos que, a medida é oportuna, justa e de largo alcance social, nada podendo obstar a normal tramitação do Projeto pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável à aprovação da matéria.

Sala das Comissões, em 17 de outubro de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator.

### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

N.º 235/84

##### PARECER:

O Projeto de Lei Complementar em exame, oriundo da Mensagem Governamental n.º 191/84, dá nova redação ao art. 179, da Lei Complementar n.º 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil do Paraná), com vistas a estabelecer normas para revisão de proventos de inatividade de servidores policiais civis.

A matéria foi objeto de apreciação da douta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo o necessário parecer favorável.

A medida justifica-se plenamente, pois pretende garantir que os servidores policiais civis terão os mesmos critérios para reajustamento de proventos de inatividade que os já assegurados para as demais categorias de servidores aposentados do Poder Executivo, através da Mensagem n.º 134/84, submetida ao exame desta Casa de Leis.

Neste sentido, não há como negar o mérito e o elevado alcance social do referido Projeto de Lei Complementar. Portanto, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do mesmo.

É o nosso Parecer.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

Presidente e Relator.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 153/84, (Mensagem n.º 143/84 - ex-Proposição n.º 148/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA que aprova Convênios, celebrados em 27/06/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e Municípios que especifica, com participação da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA". Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 152/84, (Mensagem n.º 137/84 - ex-Proposição n.º 142/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio, celebrado em 09/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Guaíra, com interveniência da SUDESUL, objetivando implantação de um pronto-socorro, devidamente equipado, na sede do referido Município. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 151/84, (Mensagem n.º 133/84 - ex-Proposição n.º 124/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 150/84, (Mensagem n.º 154/84; ex-Proposição n.º 160/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,** que aprova Convênios, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e Municípios adiante mencionados, objetivando auxiliar financeiramente os aludidos Municípios na execução de obras públicas. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 149/84, (Mensagem n.º 159/84 — ex-Proposição n.º 164/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade de **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,** que aprova 2º Termo Aditivo de 11.06.84, ao Convênio celebrado em 16.02.82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando realização de provas laboratoriais para diagnósticos das doenças dos animais.

**Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 148/84, (Mensagem n.º 158/84 — ex-Proposição n.º 163/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,** que aprova Termo Aditivo de 24.04.84, ao Convênio celebrado em 18.12.80, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando execução das Atividades do Sistema de Produção de Sementes e Mudanças Certificadas e Fiscalizadas no Estado.

**Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 147/84, (Mensagem n.º 157/84 — ex-Proposição n.º 162/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,** que aprova 10º Termo Aditivo de 24.04.84, ao Convênio celebrado em 07.10.76, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando dar continuidade aos serviços de informações sobre o Mercado Agrícola.

**Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 146/84, (Mensagem e ex-Proposição n.º 145/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,** que aprova Convênio celebrado em 10.05.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR, e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética".

**Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 145/84, (Mensagem n.º 156/84 — ex-Proposição n.º 158/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,** que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura em 14.05.84, com os Municípios de Porto Amazonas, Santa Izabel do Oeste, em 23.05.84, com o Município de Quitandinha, com objetivos que especifica.

**Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 144/84, (Mensagem n.º 149/84 — ex-Proposição n.º 152/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,**

que aprova Termo de Revigoração e Re-Ratificação de 14.11.83, do Convênio n.º celebrado em 14 de março do corrente, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a SUCAM, com interveniência da SUDESUL, objetivando continuação do Projeto de Erradicação e Vigilância Anti Aedes Aegypti no Município que especifica.

**Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 268/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 208/84), que altera o vigente orçamento da Superintendência de Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, no valor de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), cujo Crédito Especial tem por objetivo atender despesas com o Controle da Erosão no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

**Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 214/84, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria das Finanças, doar a entidades assistenciais, os bens apreendidos pela fiscalização da Coordenação da Receita do Estado e não reclamados por seus legítimos proprietários, após a expiração do prazo legal, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI N.º 214/84

Autoriza a doação de bens apreendidos pela Secretaria das Finanças a entidades beneficentes e a pessoas jurídicas de direito público interno.

Art. 1º — Fica o Poder Executivo, através da Secretaria das Finanças, autorizado a dar um dos seguintes destinos às mercadorias e bens incorporados à fazenda estadual em virtude de arrematação, a adjudicação ou apreendidas mediante procedimento administrativo regular pela fiscalização da Coordenação da Receita do Estado e que não haja satisfação das exigências determinantes da apreensão ou reclamação na forma e prazos do artigo 56 da Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972, obedecidas as condições previstas no artigo 2º.

I — transferência para utilização de quaisquer órgãos do Estado, em seus serviços, inclusive entidades da administração indireta:

#### II — cessão:

a) a outras pessoas jurídicas de direito público interno;

b) a instituições de educação ou de assistência social, reconhecidas de utilidade pública;

c) a campanhas de que o Estado participe ou de socorro e atendimento a populações necessitadas;

III — venda em leilão, recolhendo-se o produto como renda eventual.

Art. 2º — A faculdade de doação dos bens apreendidos de que trata o artigo 1º, somente será exercitada decorridos 120 (cento e vinte) dias contados da apreensão, quando será considerado abandonado o bem ou mercadoria, ressalvada a hipótese de risco de perecimento imediato atestado

OK  
C.C.J.

OK  
Seyvono

mediante lauda de autoridade sanitária competente.

Art. 3.<sup>o</sup> — A destinação a ser dada aos bens ou mercadorias, na forma do disposto pelo artigo 1.<sup>o</sup>, se fará sempre por autorização da SECRETARIA DAS FINANÇAS, mediante a lavratura de termo em que o cessionário se comprometa a utilizar os bens cedidos em suas finalidades essenciais.

Art. 4.<sup>o</sup> — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) TRAJANO BASTOS

Apoio: ADHAIL SPRENGER PASSOS,  
NELSON VASCONCELLOS,  
NILSO SGUAREZI e  
ORLANDO PESSUTI.

Em discussão o projeto e a emenda.

Em votação a Emenda — **Aprovada.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei Complementar n.<sup>o</sup> 28/83, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que dá nova redação ao Art. 12 da Lei n.<sup>o</sup> 4.335 de 20.01.61. (FUNCIONÁRIOS ESTATUTÁRIOS DO DEPARTAMENTO DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO — D.I.O.E.). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO.

Em discussão o projeto e a emenda.

Em votação a emenda substitutiva de Plenário — **Aprovada.**

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Carlos Ferreira Blanc, ocorrido no dia 28 de outubro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Nassib Abdo Abage, ocorrido no dia 30 de outubro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Vereador Bernardino Coutinho Pereira, da Câmara de Vereadores do Município de Arapongas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Comendador Nassib Abdo Abage, ocorrido no dia 30 de outubro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Nassib Abdo Abage, ocorrido no dia 30 de outubro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nassib Abdo Abage, ocorrido no dia 30 de outubro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nassib Abdo Abage,

ocorrido no dia 30 de outubro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando a dispensa de publicação da redação final aos Projetos de Resolução n.<sup>os</sup> 115, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128 e 129/84. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 117/84, que dispõe sobre Despachantes de trânsito. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 130/84, que dispõe sobre o novo Regimento Interno da Casa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, com apoio do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando regime de urgência à votação do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 288/84, oriundo da Mensagem Governamental n.<sup>o</sup> 225/84, que altera o vigente orçamento do Tribunal de Justiça. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, com apoio do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando regime de urgência à votação do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 173/84, de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem)  
Peço a Vossa Excelência Sr. Presidente, que informe o teor do Projeto.

OSR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa informará a Vossa Excelência. A Mesa esclarece ao Plenário que não consta no requerimento do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, o assunto de que trata o Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 173/84. Nestas condições, devolve ao autor.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da EMATER, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a criação e instalação de um escritório no Distrito de Luiziana, Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Comendador Nassib Abdo Abage, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a criação do escritório regional daquela Companhia no município de Cianorte, centralizando o atendimento aos Municípios de Cidade Gaúcha, Guaporema, Indianópolis, Japurá, Jussara, Nova Olímpia, Rondon, São Tomé, Tapejara, Tapira, Terra Boa e Tuneiras do Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 10.<sup>o</sup> aniversário de funcionamento da Unidade Industrial

da Quimbrasil — Química Industrial Brasileira S/A, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À

Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo seja autorizada a transferência da reserva florestal existente às margens da Usina Mourão I, pertencente à COPEL, para ser responsabilidade do Instituto de Terras e Cartografia do Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 251.º aniversário do Município de Morretes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Pedro Paulo Pereira, portuário padrão de 1984, premiado na data de 30 de outubro do corrente ano, no Município de Paranaguá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo informações do que vem sendo feito para diminuir o surto de febres infantis, como varicela, sarampo e catapora. Em discussão.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — (Pela Ordem)  
Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Chefe da Casa Civil, para que o mesmo determine à Secretaria do Planejamento o encaminhamento de cópias dos documentos denominados Cadastros Financeiros de todos os Projetos e Atividades de cada um dos órgãos da administração direta e indireta, referente ao exercício de 1985. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de convite ao Sr. Eng.º Ivo Arzua Pereira, para prestar esclarecimentos referentes a sua atuação na Presidência do IPE. Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Para encaminhar, concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, a Bancada do PDS, e eu falo por delegação de nossa liderança, votará favoravelmente ao requerimento. Porque é o mínimo que se pode oferecer a um homem público de bem; é a oportunidade para que ele, de público, possa vir rebater supostas acusações de que tenha sido vítima por parte de depoentes na CPI da Corrupção, por parte do Sr. Deputado Relator, no capítulo referente ao Instituto de Previdência e Assistência do Estado, naquela CPI.

Eu acho que não pode esta Casa negar a oportunidade a um homem que sempre se portou com dignidade.

Já não falamos na eficiência, mas sempre se portou com dignidade em todos os postos da vida pública que ocupou, principalmente no posto maior, que foi de Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura. Um homem que tem um passado que o recomenda perante toda a sociedade brasileira, não pode ser vítima de supostas irregularidades da condução dos negócios do IPE.

O mínimo que se pode dar a este homem é a oportunidade para que ele venha a esta Casa e de viva voz, de corpo presente, possa receber as possíveis acusações que estejam registradas contra a sua pessoa, ou contra a sua atuação e rebatê-las da forma que julgar conveniente.

Por essa razão nós esperamos que o requerimento tenha acolhida favorável por parte deste poder.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Continua em votação o requerimento do Deputado Erondy Silvério. **REJEITADO.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e irá proceder a verificação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente. Requeiro chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa atende o requerido pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO. (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — (É feita a chamada nominal).

43 Srs. Deputados responderam à chamada. Há quorum para deliberação. A Mesa irá atender o requerido pelo Deputado Luiz Alberto Oliveira. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Erondy Silvério queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 3 Srs. Deputados aprovam. 24 Srs. Deputados rejeitam.

Não há quorum para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 05 de novembro, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 214/84, 254/84 e 268/84, e dos Projetos de Resolução n.ºs 144/84, 145/84, 146/84, 147/84, 148/84, 149/84, 150/84, 151/84, 152/84, 153/84, 175/84.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 235/84 e do Projeto de Lei n.º 224/84.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 227/84 e 249/84,

Levanta-se a sessão.